

Nº

00893



ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES À:

XVI CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS
CURITIBA - PR

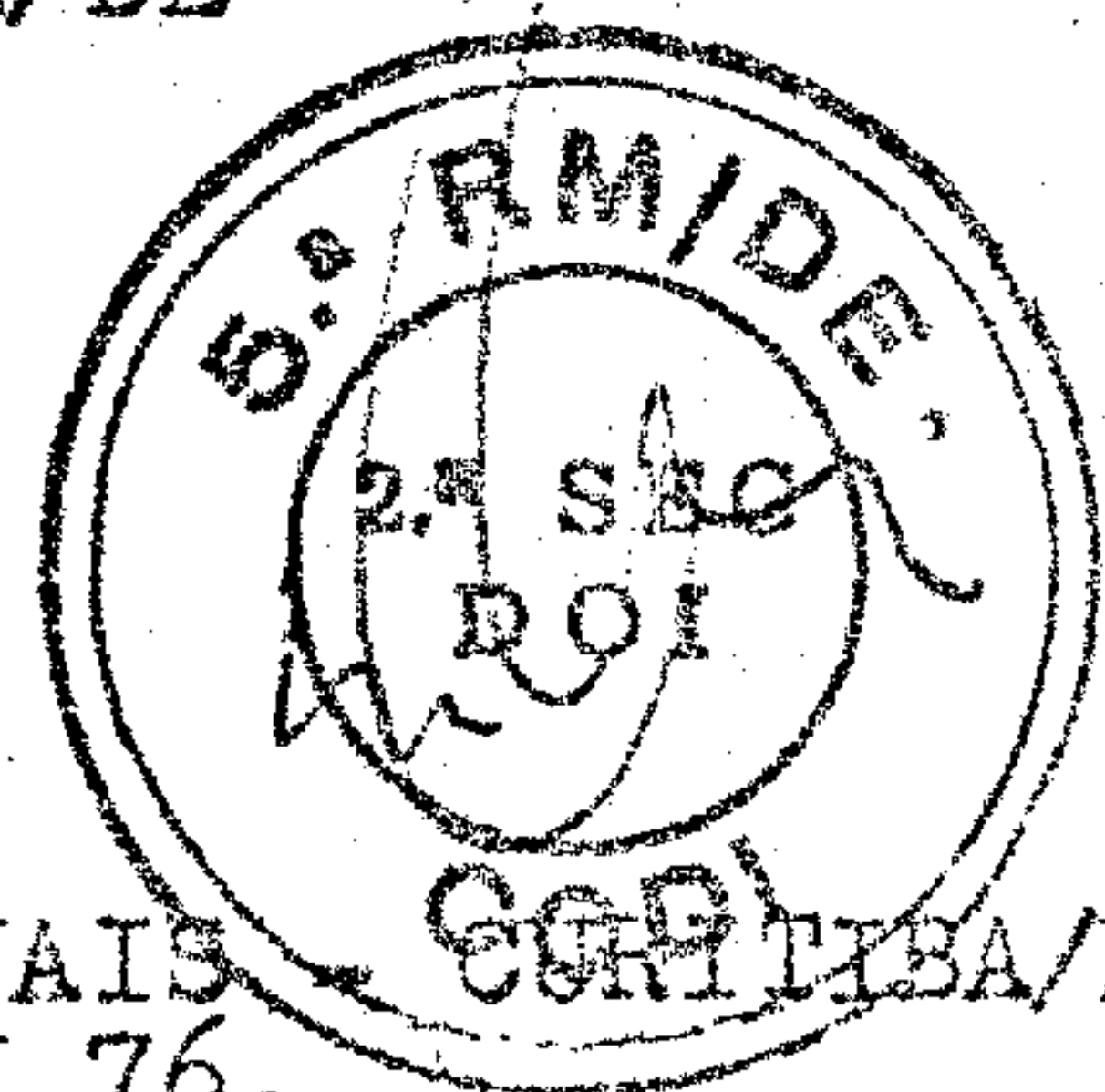
DOB 7

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
III EXÉRCITO
COMANDO DA 5ª RM/DE
ESTADO-MAIOR

CURITIBA, PR, 09 JUN 76
Do Cmt do DOI/5ª RM/DE
Ao Sr Cel Ch 2ª SEC/5ª RM/DE

2.ª Seção



= INFORMAÇÃO N.º 55/DOI/76 =

1. Assunto: XVI CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS - PERÍODO DE 02 A 05 JUN 76.
2. Origem: DOI/5ª RM/DE
3. Difusão: 2ª SEC/5ª RM/DE
4. Difusão Anterior: .-.-.-.-.
5. Referência: .-.-.-.-.
6. Anexo: Numerados de 01 a 11, contendo documentação sobre o Congresso.

1. Foi realizado no período de 02 a 05 de junho corrente em CURITIBA/PR, o XVI CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS, -/ sob os auspícios do SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DO PARANÁ

a. PROGRAMA (Vide anexo nº 01)

O certame obedeceu ao seguinte programa:

DIA 02 JUN 76

14:00 hs - Entrega de credenciais
- Sessão Preparatória

LOCAL:- GUAIRA PALACE HOTEL

16:00 hs - Palestra da Jornalista MARIA ADÍSIA BARROS DE SÁ
- Aplicação do Decreto-Lei nº 972/68

LOCAL:- GUAÍRA PALACE HOTEL

20:30 hs - Instalação solene

LOCAL:- PLENÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, CENTRO/ CIVICO.

DIA 03 JUN 76

09:00 hs - Reunião de Comissões

12:00 hs - Almoço

14:00 hs - Comissões

15:00 hs - Painel Sindical

LOCAL:- CLUBE CURITIBANO - Av Getúlio Vargas nº 2857

20:30 hs - Jantar

LOCAL:- RESTAURANTE VENEZA - SANTA FELICIDADE.

DIA 04 JUN 76

09:00 hs - Reunião plenária

CONFIDENCIAL

D. O. P. S.
PROTOCOLO
N.º 1225/76
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

À

S.I

em 21/06/76

Paulista

Para o motor

Auto XVI - Congresso

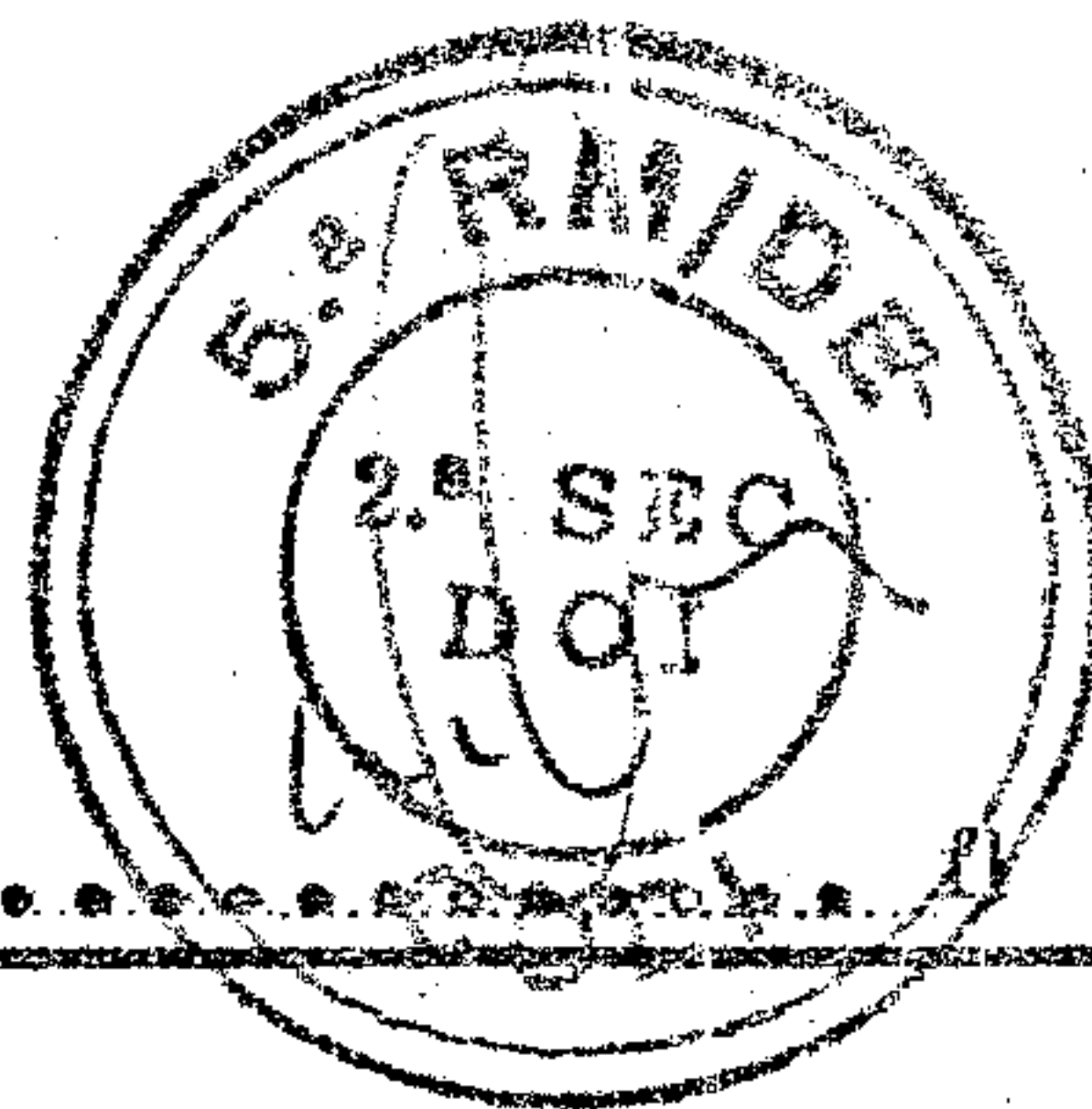
Sociedade Paulista

de 23/06/76

Anotado em 01/11/77

Paulista

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 55/DOI/76..... 02)

12:00 hs - Almoço

14:00 hs - Reunião do Conselho de Federação.

16:30 hs - Reunião plenária

18:50 hs - Sessão de Encerramento

LOCAL:- CLUBE CURITIBANO, Av Getúlio Vargas nº 2857

20:30 hs - Jantar

LOCAL:- Restaurante CARRETEIRO, Av Getúlio Vargas nº 3111

DIA 05 JUN 76

Programação Social em PARANAGUÁ/PR.

b. DELEGAÇÕES AO CONGRESSO

PARÁ

Líder - JOÃO MARQUES✓ - Presidente (viajou p/o MÉXICO)

Vice-líder - ALIDO ALMEIDA

Vice-líder - DONATO CARDOSO

Comissões:

1a. ALDO ALMEIDA E JOÃO MARQUES✗

2a. ALVARO MARTINS e PEDRO PINTO

3a. ALVARO JORGE DOS SANTOS

4a. JOÃO MARQUES✗ e ALDO ALMEIDA✗

5a. DONATO CARDOSO e GUILHERME LEDO✓

CEARÁ

Líder - TANCREDO CARVALHO - Presidente

Vice-líder - FERNANDO MAIA✓

Comissões:

1a. LEDA MARIA✓ e RIBAMAR MESQUITA✓

2a. NARCÉLIO LIMAVERDE✓ e FERNANDO MAIA✗

3a. FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES e ADISIA SÁ

4a.

5a. ELÍSIO SERRA e TANCREDO CARVALHO

ALAGOAS

Líder - ALBERTO JAMBO

Vice-líder - JOSÉ ALDO IVO - Presidente

Comissões:

1a. TEÓFILO LINS e VALTER OLIVEIRA

2a. JOSÉ OSMUNDO e JOSÉ CABRAL IRMÃO

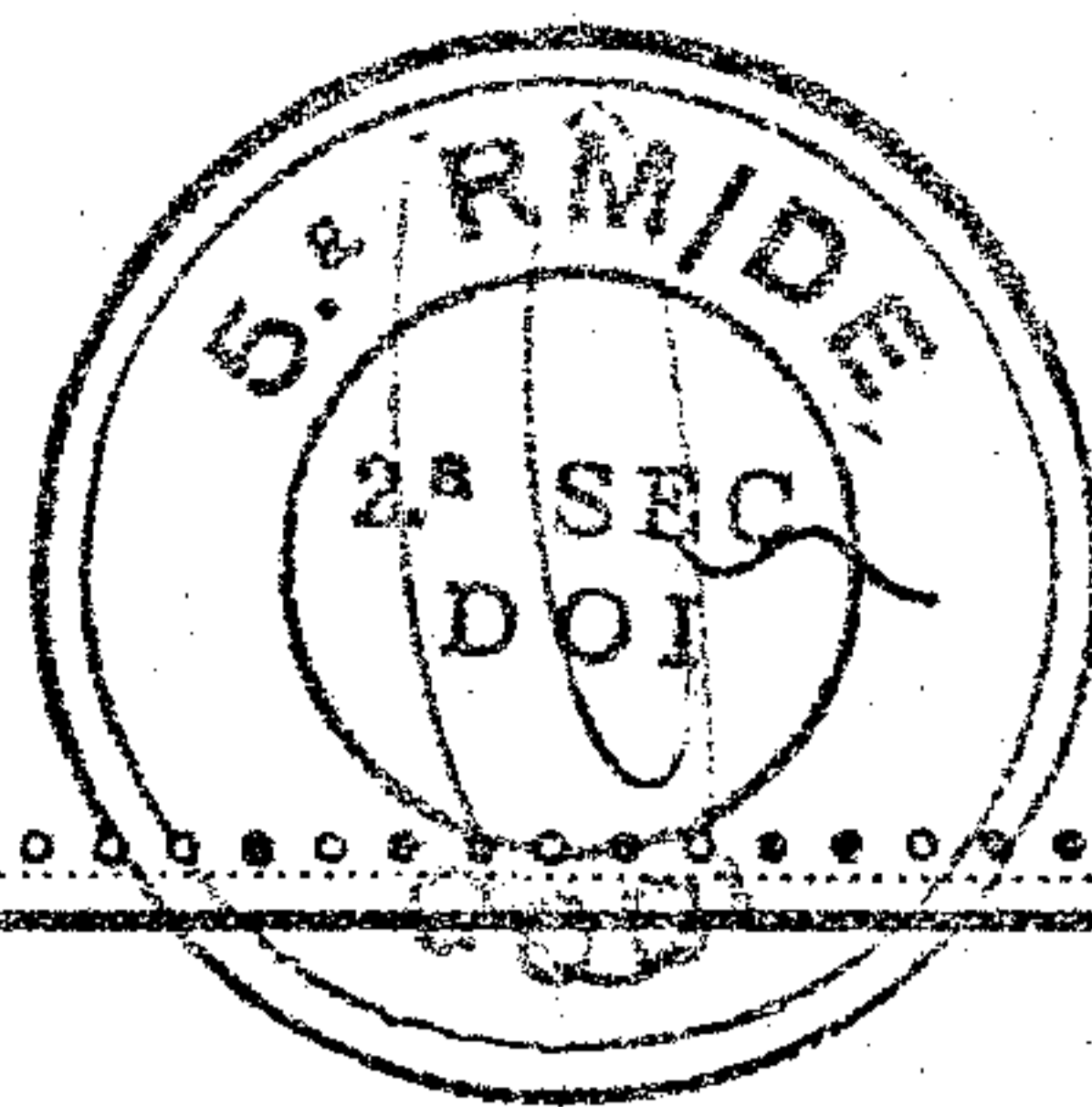
3a. OTÁVIO DE SOUZA LIMA e JOÃO VICENTE

4a. JOSÉ ALDO IVO e ALBERTO JAMBO

5a. JOSÉ ELIAS SILVA e GABRIEL MOUZINHO

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 55/DOI/76.....fl 03)

SÃO PAULO

Líder - AUDALIO DANTAS - Presidente ✓
Vice-líder - GASTÃO THOMAZ DE ALMEIDA ✓

Comissões:

- 1a. JOSÉ RODRIGUES e JARBAS CUNHA
- 2a. HAMILTON DE SOUZA e LAIS FAGUNDES OREB
- 3a. LIA RIBEIRO DANTAS e GASTÃO THOMAZ DE ALMEIDA
- 4a. AUDALIO DANTAS ✓ e ROLAND MARINHO SIERRA
- 5a. ROLAND MARINHO SIERRA e AUDALIO DANTAS ✓

✓ CONTCOP (Conf.Nacional de Trabalhadores em Com. e Publ.)

Líder - ALCEU PORTOCARRERO - Presidente
Vice-líder - ANTONIO GONZALES

Comissões:

- 1a. ANTONIO GONZALES e JOSÉ GUILHERME GUIMARÃES PEDROSO
- 2a. ALCEU PORTO CARRERO e JOSÉ GUILHERME GUIMARÃES PEDROSO ✓
- 3a. ANTONIO GONZALES ✓
- 4a. ALCEU PORTO CARRERO ✓
- 5a. ANTONIO CORTIZO

FEDERAÇÃO (Federação Nacional de Jornalistas Profissionais)

Líder - ALDO VINHOLI MAGALHÃES - Vice-Presidente
Vice-líder - LEOCÁDIO MORAIS - Repres. Fed. junto à CONTCOP.

Comissões:

- 1a. SABINO HENRIQUE
- 4a. JOEZIL BARROS - Presidente
- 5a. ALDO VINHOLI MAGALHÃES ✓ e LEOCÁDIO MORAIS ✓

BAHIA

Líder - CARLOS LIBORIO
Vice-líder - OCTACILIO FONSECA

Comissões:

- 1a. CARLOS LIBORIO ✓
- 2a. REINIVALDO BRITO
- 3a. OTACILIO FONSECA ✓

MARANHÃO

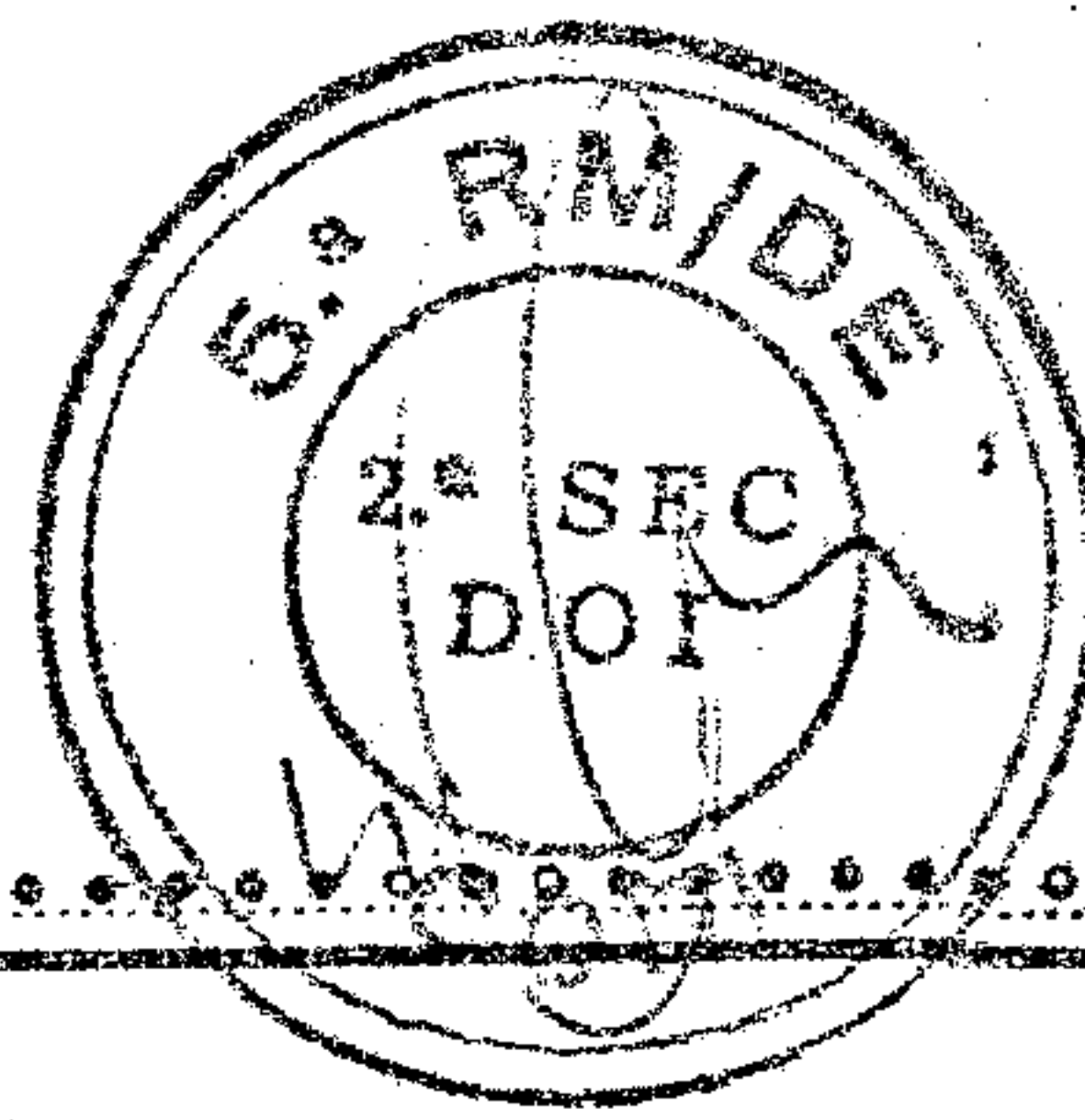
Líder - JOSÉ JÁMENES - Presidente
Vice-líder - BERNARDO ALMEIDA

Comissões:

- 1a. JOSÉ JÁMENES ✓

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 55/DOI/76..... fl. 04)

- 2a. FERREIRA BATY
- 3a. RAIMUNDO FRANÇA e WAGNER AKASHI
- 4a. EYDER PAZ
- 5a. BERNARDO ALMEIDA

DISTRITO FEDERAL

Líder - ARNALDO RAMOS - Presidente Sindical

Vice-líder - ALBERICO CORDEIRO

Comissões:

- 1a. ARNALDO RAMOS
- 2a. MANOEL POMPEU FILHO
- 5a. ALDO VINHOLI MAGALHÃES - Vice-Presidente da Federação

MINAS GERAIS

Líder - DÍDIMO PAIVA - Presidente

Vice-líder - RONALDO NASCIMENTO

Comissões:

- 1a. WASHINGTON MELLO
- 2a. RONALDO NASCIMENTO e JORGE FARIA
- 3a. DÉLIO ROCHA DE ABREU
- 4a. AFONSO CELSO RASO
- 5a. JAYME ALVARENGA GOMIDE

PARANÁ

AYRTON LUIZ BATISTA - Presidente

Líder - ANTONIO CLARET DE REZENDE

Vice-líder - RODRIGO DE FREITAS

Comissões:

- 1a. SIDNEY DAVIDSON DOS SANTOS e WALTER MARTINS DE TOLEDO
Suplente: ROSELENE GOMES BANTEL
- 2a. CRISTIANO PINTO DE IACERDA e RAUL GUILHERME URBAN
- 3a. SANDRA WANBIER, LUIZ DE SOUZA PIRES
Suplente: IVANIL PIMENTEL VIEIRA
- 4a. ARNOLDO HIGNO ANATER, RODRIGO DE FREITAS
Suplente: OSMAR ZIMMERMANN
- 5a. ANTONIO CLARET DE REZENDE, JORGE NAROZNIAK

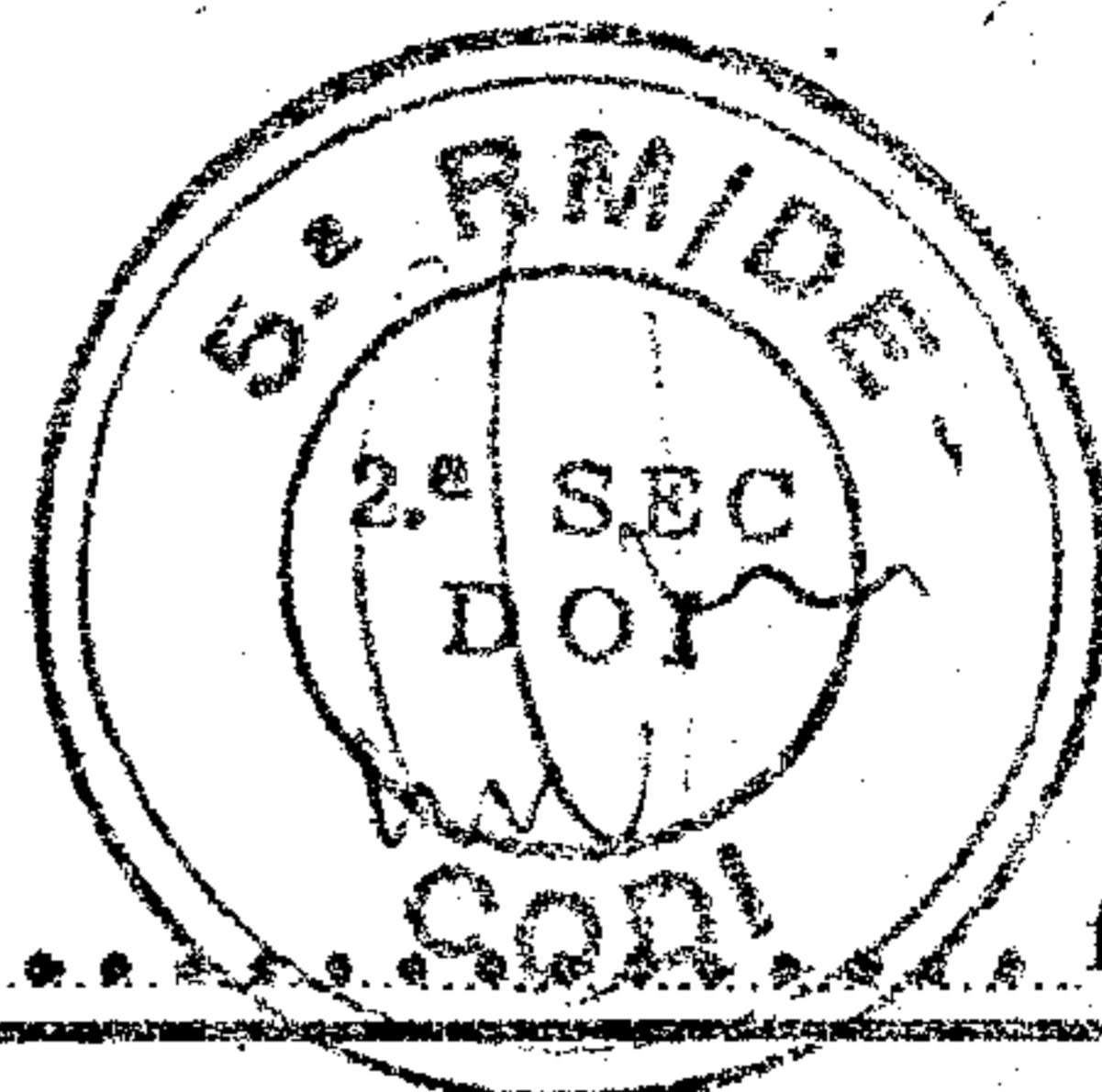
PORTO ALEGRE

Líder - JOÃO BORGES DE SOUZA - Presidente

Vice-líder - JORGE OLAVO CARVALHO LEITE

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 55/DOI/76.....) 1105

Comissões:

- 1a. JOÃO BORGES DE SOUZA e ANTONIO GONZALES
- 2a. OLYR ZAVASCHI e JORGE OLAVO C. LEITE
- 3a. JOSÉ CRUZ e ANTONIO GONZALES
- 4a. JOÃO BORGES DE SOUZA e JORGE OLAVO C. LEITE
- 5a. LUCIDIO CASTELO BRANCO e OLYR ZAVASCHI

RECIFE

Líder - WILSON SOARES

Vice-líder - OLBIANO SILVEIRA

Comissões:

- 1a. FRANCISCO ALMEIDA e FERNANDO MACHADO
- 2a. TEREZA FIGUEIREDO e NAGIB JORGE
- 3a. VALDELUZA DUARTE e ARLETE BELO
- 4a. OLBIANO SILVEIRA e MAURICIO COUTINHO
- 5a. PAULO BARRETO e WILSON SOARES

PARAÍBA

Líder - JOÃO BOSCO GASPAR - Presidente

Vice-líder - LUIZ OTÁVIO AMORIM

Comissões:

- 1a. JOÃO BOSCO GASPAR
- 2a. CECILIO BATISTA
- 3a. LUIZ OTÁVIO AMORIM
- 4a. JOÃO BOSCO GASPAR e IVAN TREVAS
- 5a. AGNALDO ALMEIDA

PASSO FUNDO

Líder - MANOEL RODRIGUES CORDEIRO - Presidente

Vice-líder - ARGEU SANTARÉM

Comissões:

- 1a. CARLOS WEISSHEIMER
- 2a. MANOEL CORDEIRO
- 3a. ARGEU SANTARÉM
- 4a. CARLOS WEISSHEIMER
- 5a. ARGEU SANTARÉM

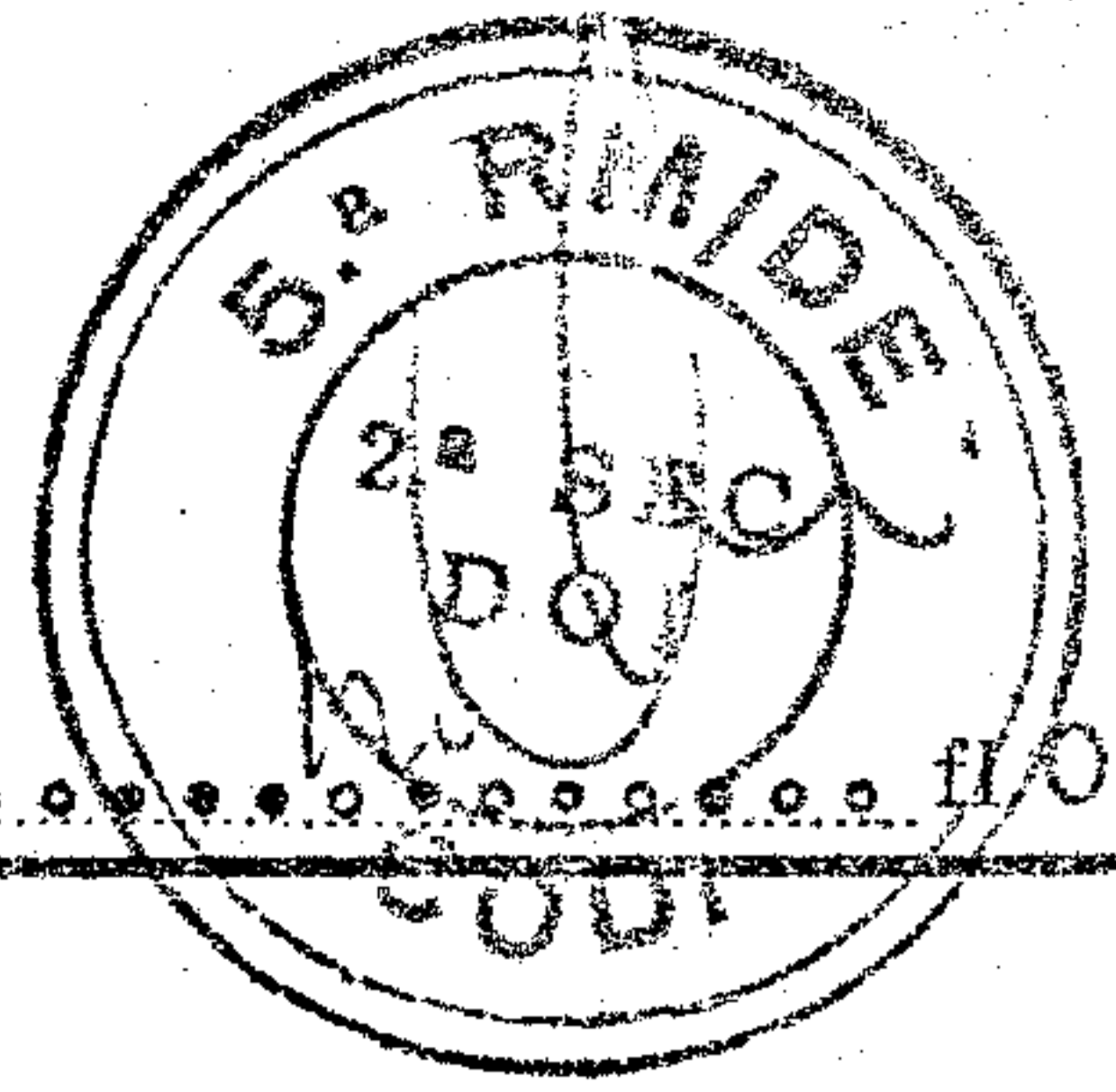
JUIZ DE FORA

Líder - IRVEU CAVALIERI

Vice-líder -

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 55/DOI/76.....f/06)

Comissões:

2a. SINVAL CRUZ

3a. IRVEU CAVALIERI ~~X~~

ESTADO DO RIO

Líder - TÁCITO TANI - Presidente

Vice-Líder - JARBAS NETTO

Comissões:

1a. LUIZ FERNANDO MIGUEL

2a. JARBAS BARBOSA NETO

3a. TÁCITO TANI

4a. ORIOVALDO RANGEL

5a. TÁCITO TANI ~~X~~

AMAZONAS

Líder - RAIMUNDO ARAUJO NOGUEIRA - Presidente

Vice-líder - ULISSES AZEVEDO

Comissões:

1a. ULISSES AZEVEDO

2a. FERNANDO COLLYER

3a. CIDULIA MELLO e GRAÇA MEDINA

4a. SINVAL GONÇALVES

5a. RAIMUNDO ARAUJO NOGUEIRA ~~X~~

ABI (Associação Brasileira de Imprensa)

Líder - ANDRÉ MOTTA LIMA ✓

Vice-líder - RONALDO BUARQUE DE HOLANDA

Comissões:

4a. ANDRÉ MOTTA LIMA ~~X~~

5a. RONALDO BUARQUE DE HOLANDA ~~X~~

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (GUANABARA)

Líder - Reinado Santos

Vice-líder - GILBERTO LIMA

Comissões:

1a. REINALDO SANTOS e GILBERTO LIMA

2a. REINALDO SANTOS e GILBERTO LIMA ~~X~~

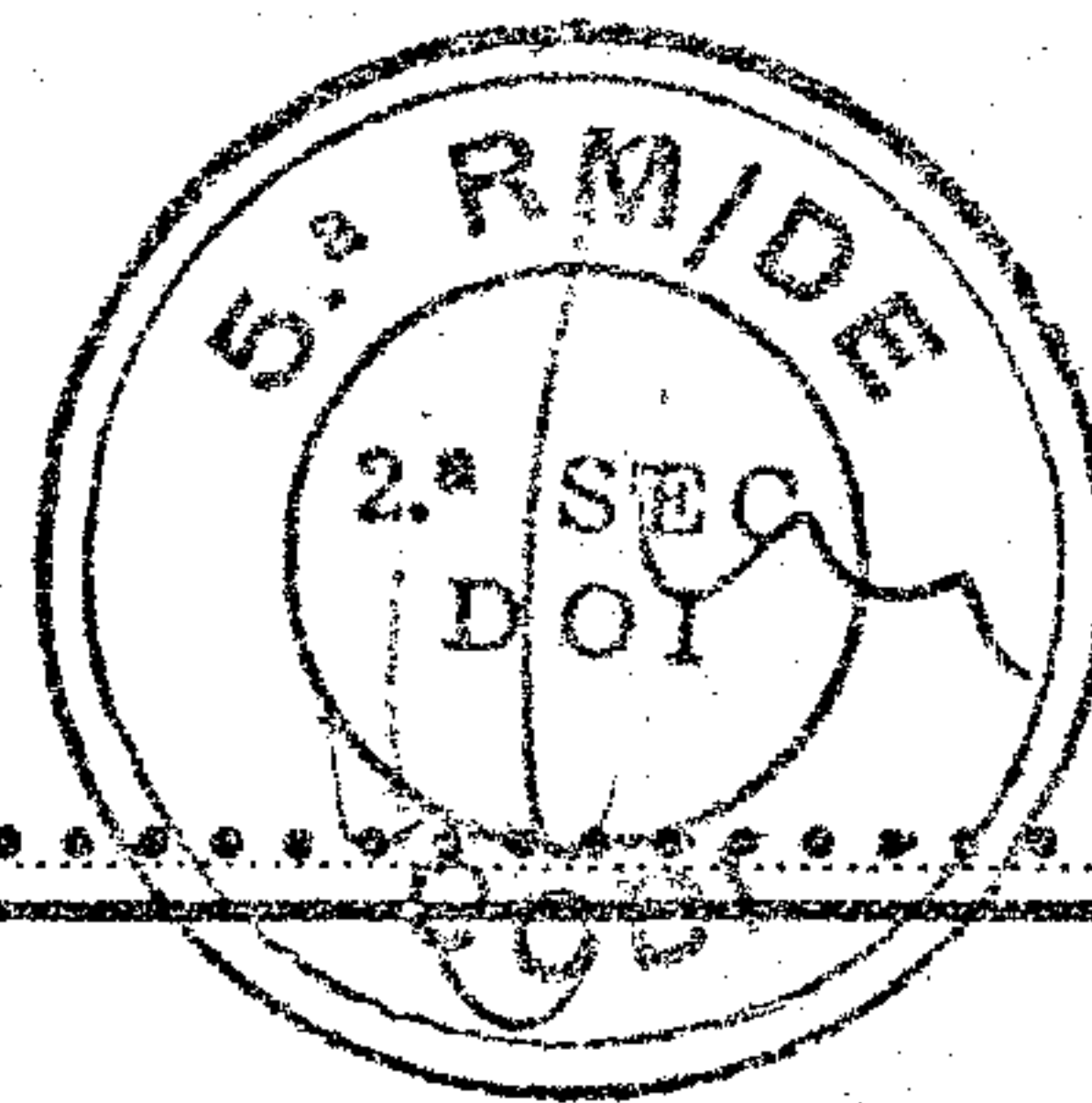
3a. REINALDO SANTOS e GILBERTO LIMA ~~X~~

4a. REINALDO SANTOS e GILBERTO LIMA ~~X~~

5a. REINALDO SANTOS e GILBERTO LIMA ~~X~~

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 55/DOI/76..... f107)

SANTA CATARINA

Líder - MOACIR PEREIRA - Presidente

Vice-Líder - JOSÉ NAZARENO COELHO

Comissões:

1a. LUIZ ANTONIO SOARES e JOSÉ NAZARENO COELHO~~X~~

2a. IVANI BORGES e LUIZ MIR

3a. WALDEMAR BASTOS e LUIZ ANTONIO SOARE~~X~~

4a. MOACIR PEREIRA~~X~~ e IVANI BORGES

5a. JOSÉ NAZARENO COELHO~~X~~ e MOACIR PEREIRA~~X~~

Sec. Geral Congresso - HUGO SILVEIRA LOPES

GOIÁS

Líder - DERLI LOPES - Presidente

RAUL FERREIRA DE ASSIS

HENRIQUE DUARTE FERREIRA

ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS

MARIA IZABEL VOGT

MEDEIROS NETO

c. AUTORIDADES PRESENTES

Na sessão de abertura estiveram presentes:

- DR. OTÁVIO CEZÁRIO PEREIRA - Vice-governador do Estado do /
PARANÁ, representando o Exmo Sr. Governador JAYME CANET JR.

- DR ALOISIO SIMÕES CAMPOS - Representante do Exmo Sr Minis-/
tro do Trabalho.

- DR ANTONIO BRUM - Representante do Exmo Sr Ministro das Co-
municações.

- DR AYRTON LUIZ BAPTISTA - Presidente do Sindicato dos Jorna-
listas Profissionais do PARANÁ

As personalidades acima citadas, compuseram a mesa de abertu-
ra do Congresso.

d. Publicações distribuídas durante o Congresso-(Anexo nº10):

- UNIDADE - ANO 1 - nº 09 (do Sindicato dos Jornalistas Pro-/
fissionais de SÃO PAULO)

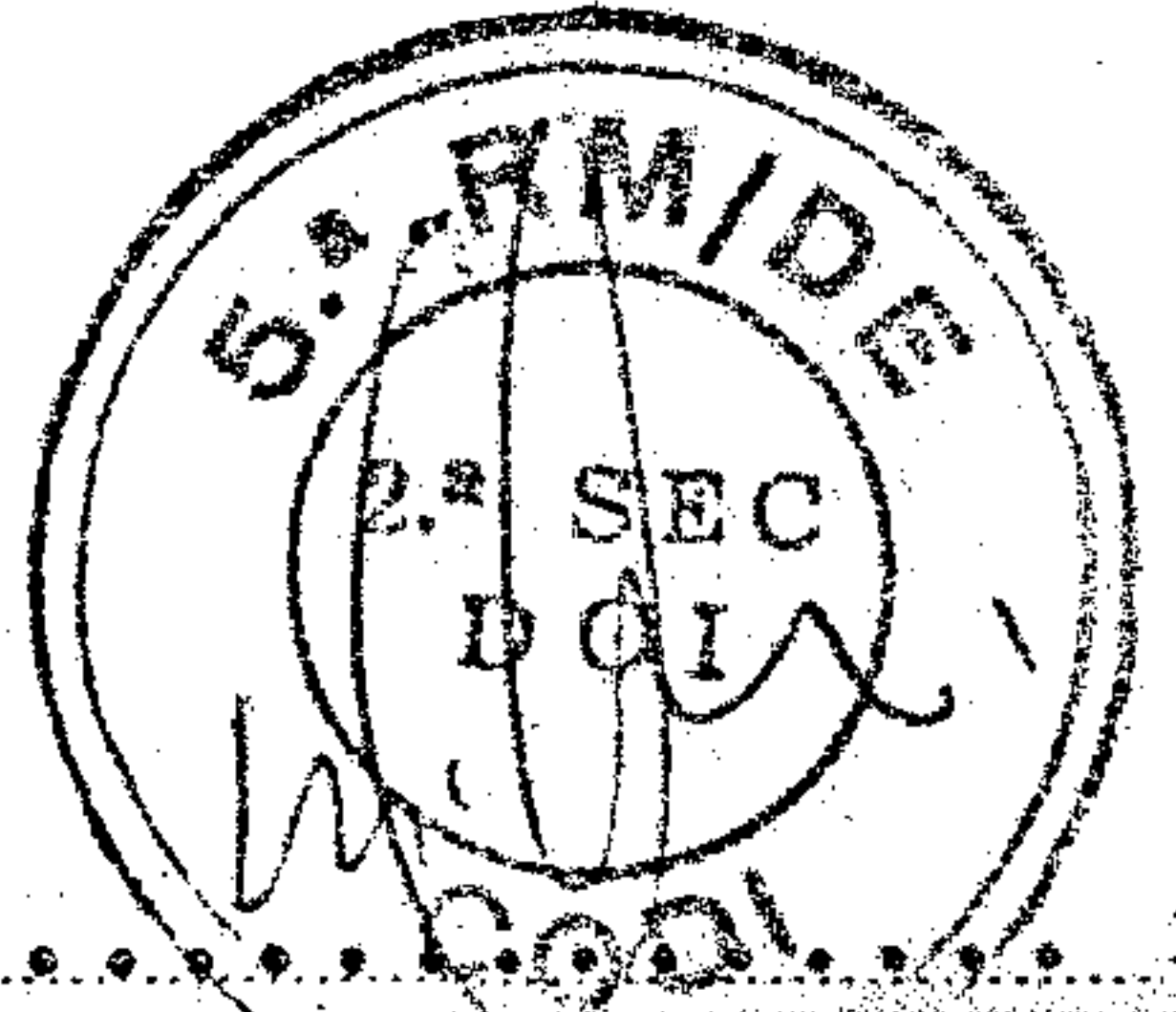
- O JORNALISTA - ANO 8 - nº 77 (Publicação do Sindicato dos /
Jornalistas Profissionais do Estado do PARANÁ)

- UNIDADE - ANO 1 - nº 4 (do Sindicato dos Jornalistas Profis-
sionais de SÃO PAULO)

- DOCUMENTO ZERO (da oposição à Diretoria do Sindicato dos -/
Jornalistas do Estado do PARANÁ)

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 55/DOI/76 fl 08)

- MURAL (Volante - órgão do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de SÃO PAULO)
- LIVRO - Anais do XV Congresso dos Jornalistas Profissionais (RECIFE/PE)

d. COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO (Anexo nº 01)

Presidente:- JOEZIL DOS ANJOS BARROS

Presidente Executivo:- AYRTON LUIZ BAPTISTA

Secretários:- RODRIGO MANOEL MARCHESINI DE FREITAS

ELOÁ CATHI LÔR

SANDRA SWAMIBER

Tesoureiro:- JORGE NAROZNIAK

Coordenadores:- ANTONIO CLARET REZENDE

ANTONIO D'AQUINO BORGES

ANTONIO FERREIRA DA SILVA

ARAMIS MILLARCH

ARNOLDO HIGINO ANATER

CARLOS DANILO DA COSTA CÔRTEZ

JOÃO DE DEUS FREITAS NETTO

JORGE CASTRO

SIDNEY D'AVIDSON DOS SANTOS

VINICIUS COELHO DOS SANTOS

e. Sessão Preparatória do Congresso (Anexo nº 2)

Deu como fruto um ante-projeto de Regimento Interno para os Congressos Nacionais de Jornalistas Profissionais.

Nele somente reconhece-se a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais (FNJP) e os Sindicatos como os únicos representantes de classe.

No seu parágrafo 1º artigo 2º proíbe o envolvimento com assuntos alheios ao temário a ser debatido.

O temário só contará com assuntos de interesse da categoria profissional.

(Com isso os Congressos não poderão ser usados como "fachada" para debates não vinculados à classe.)

Outrossim, regulamenta o Congresso quanto a:

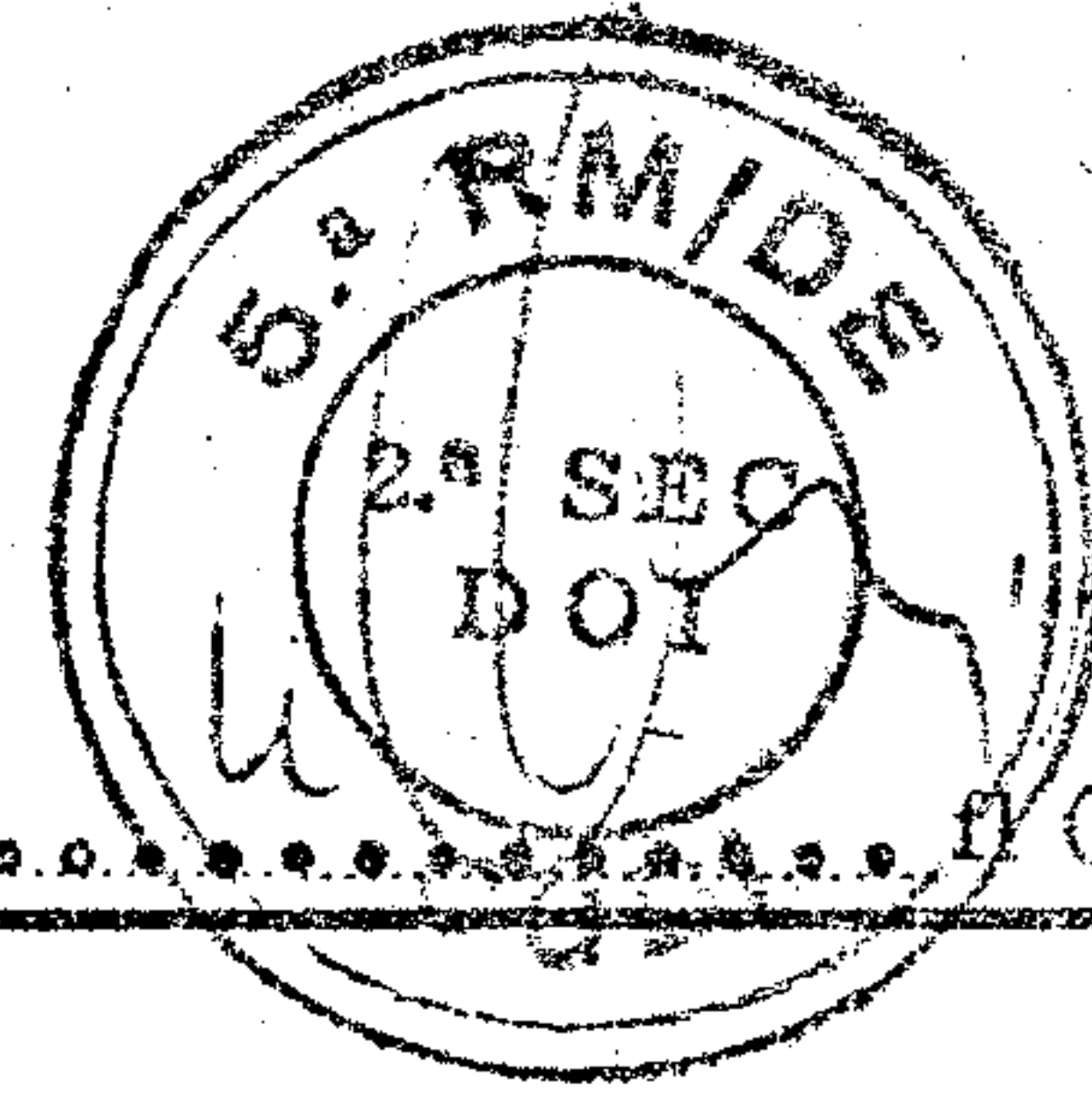
- ÓRGÃOS - Capítulo II

- DIREÇÃO - Capítulo III

- PARTICIPANTES - Capítulo IV, onde aceita com direito a voto, dois representantes da ABI - Associação Brasileira da

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 55/DOI/76.....09)

Imprensa.

Do mesmo modo aceita-se como congressistas os alunos de jornalismo, porém, sem direito a voto no Congresso.

- ORGANIZAÇÃO DAS SESSÕES - Capítulo V.
- DAS TESES E MOÇÕES - Capítulo VI

Novamente frisa que não serão aceitos temas alheios à classe.

- COMISSÕES DE ESTUDOS - Capítulo VII
- DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES - Capítulo VIII

No qual, no parágrafo único do artigo 37, é criado o PAINEL. Pequeno Congresso paralelo ao Congresso propriamente / dito e onde cada Delegação fará um relatório de suas atividades. Serve para intercâmbio de informação e experiência.

(Vide anexo nº 2)

2. TRABALHOS DAS COMISSÕES

a. COMISSÃO Nº 1 (ANEXO Nº 3)

O DECRETO LEI 972 E SUAS IMPLICAÇÕES

Presidente - ARNALDO RAMOS - DF

Secretária - LEDA MARIA

Relator - JOÃO BORGES DE SOUZA - RS

Membros:

HENRIQUE DUARTE FERREIRA - GO

CARLOS LIBORIO - BA

LUIZ ANTONIO SOARES - SC

SIDNEY D. DOS SANTOS - PR

VALTER MARTINS DE TOLEDO - PR

VALTER OLIVEIRA SILVA - AL

MAURÍCIO COUTINHO - RN

LOURIVAL SOUZA CURVELO - PR

FERNANDO MACHADO - RN

TEODOLINO DE SOUZA LIMA - PR

ALDO ALMEIDA - PA

JOSÉ J. RIBEIRO CALADO - MA

WASHINGTON MELO - MG

JOÃO BOSCO GASPAREL - PA

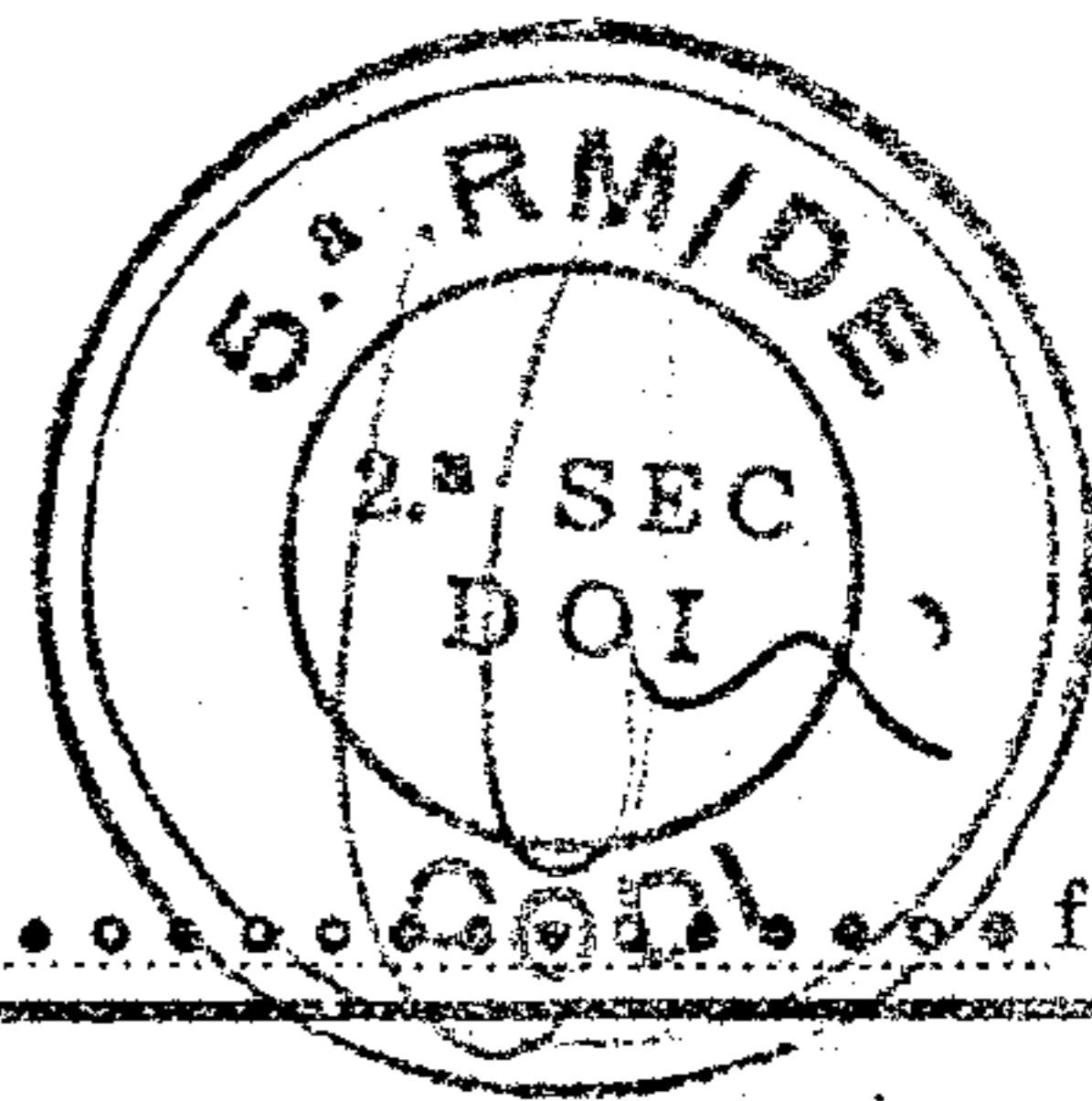
LUIZ FERNANDO MIGUEL - RJ

RAUL FERREIRA DE ASSIS - GO

CARLOS W. WEISSHEIMER - RS

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 55/DOI/76..... fl 10)

BENEDITO BARBOSA PUPO - SP

IVAN Y PLÁ TREVAS - PB

PROPOSIÇÕES

AMAZONAS

Apresentou um projeto de lei a ser apreciada pelo Congresso Nacional, visando estender por mais 120 dias, após a publicação, aos profissionais de imprensa dos Territórios de RONDÔNIA, RORAIMA e AMAPÁ, as benesses de excessão, dos parágrafos do Decreto-Lei nº 927, que assim permitiria a elementos não / qualificados pelo Decreto-Lei nº 927, naqueles Territórios, / serem registrados como jornalistas profissionais.

- RGS - Apresentou menção contra a pretensão da ABERT que, - / pretende a contratação de leigos como jornalistas em cidades / de menos de 100.000 habitantes.

- MINAS GERAIS - Defendeu a tese da revalidação anual das car / teiras profissionais, que seriam de um modelo único padroniza / do.

- DISTRITO FEDERAL - Solicita providência junto ao Ministério do Trabalho, medida objetivando coibir as manobras dos gran / des jornais de SÃO PAULO e RIO, que criam agências-de-notícias para se furtarem ao pagamento de remuneração adicional ao jor / nalista que tenha seu trabalho produzido por mais de um veí / culo de comunicação.

Encaminhamento à Federação dos jornalistas do exame da ques / tão que trata sobre atestado-de-antecedentes, quando do regis / tro profissional dos jornalistas. Há pressões dos Sindicatos visando a derrubada de tal item.

PARANÁ

Proposição para que a Federação Nacional dos Jornalistas / Profissionais elabore um documento básico visando a aplicação do Decreto nº 972 e que sirva de orientação a todos os Sindi / catos na fiscalização do exercício profissional, tanto junto às Delegacias do Trabalho, como junto às empresas. Proposi / ção apoiada pelos estudantes de jornalismo do PARANÁ.

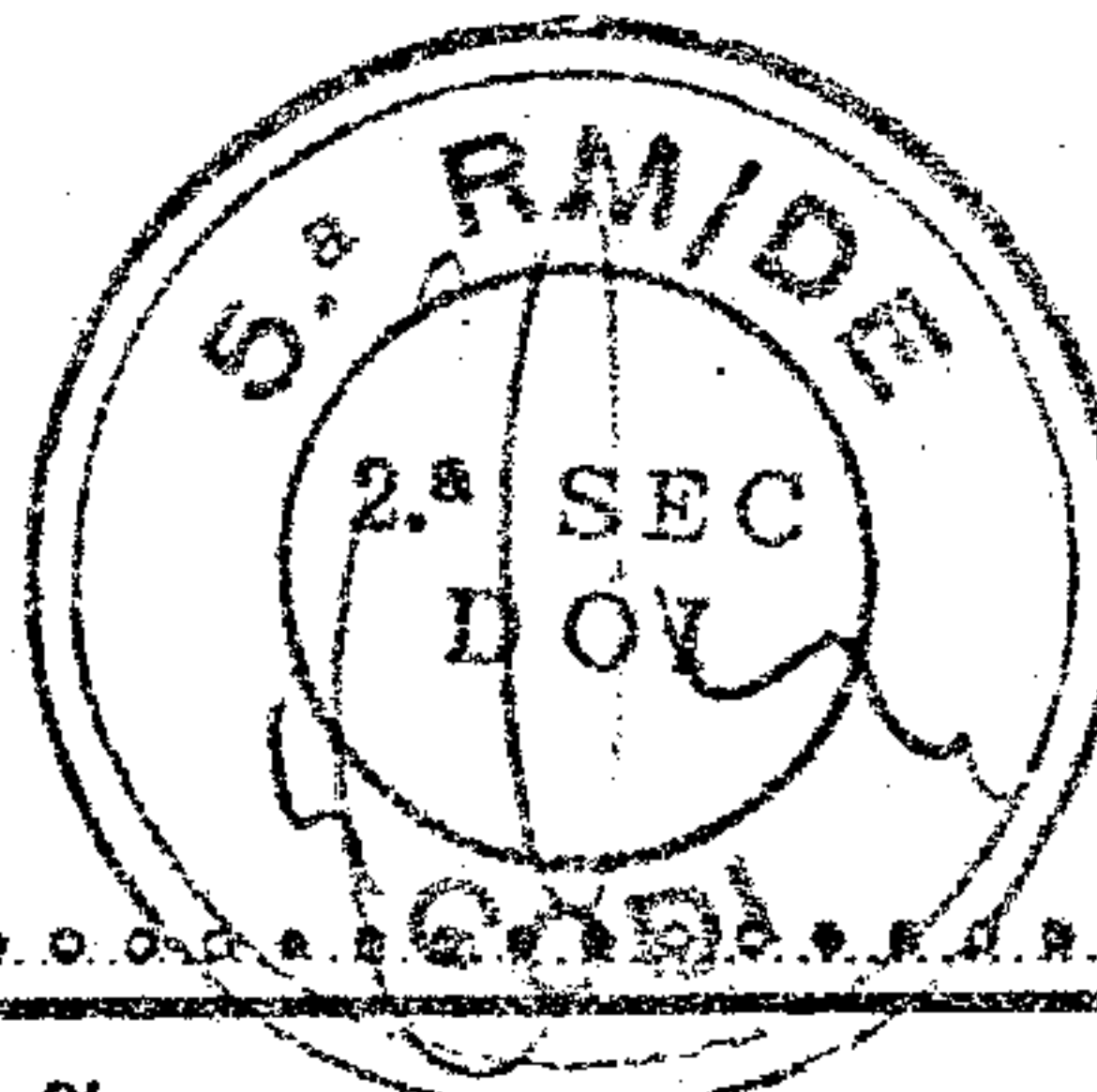
RELATÓRIO

O relatório final se mostra favorável ao decreto-lei 972 e / contra o leigo no jornalismo.

Deixou à cargo da Federação dos jornalistas, para que estu-

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 55/DOI/76..... fl 11)

de junto ao Ministério do Trabalho, a questão do registro de /
anteriores exigidos pelo decreto-lei 972, quanto ao regis-/
tro de jornalista profissional.

Aprovou a proposição da Delegação do RIO GRANDE DO SUL e de-
cidu que o Congresso deve dirigir-se ao Ministério das Comu-
nicações reiterando sua posição contra os leigos na empresa.

b. COMISSÃO Nº 2 (ANEXO Nº 4)

SALÁRIO, EMPREGO E ASSISTÊNCIA

Presidente - MANOEL CORDEIRO - RS
Secretário - MILTON DE SOUZA - SP
Relator - RAUL GUILHERME URBAN - PR

Membros:

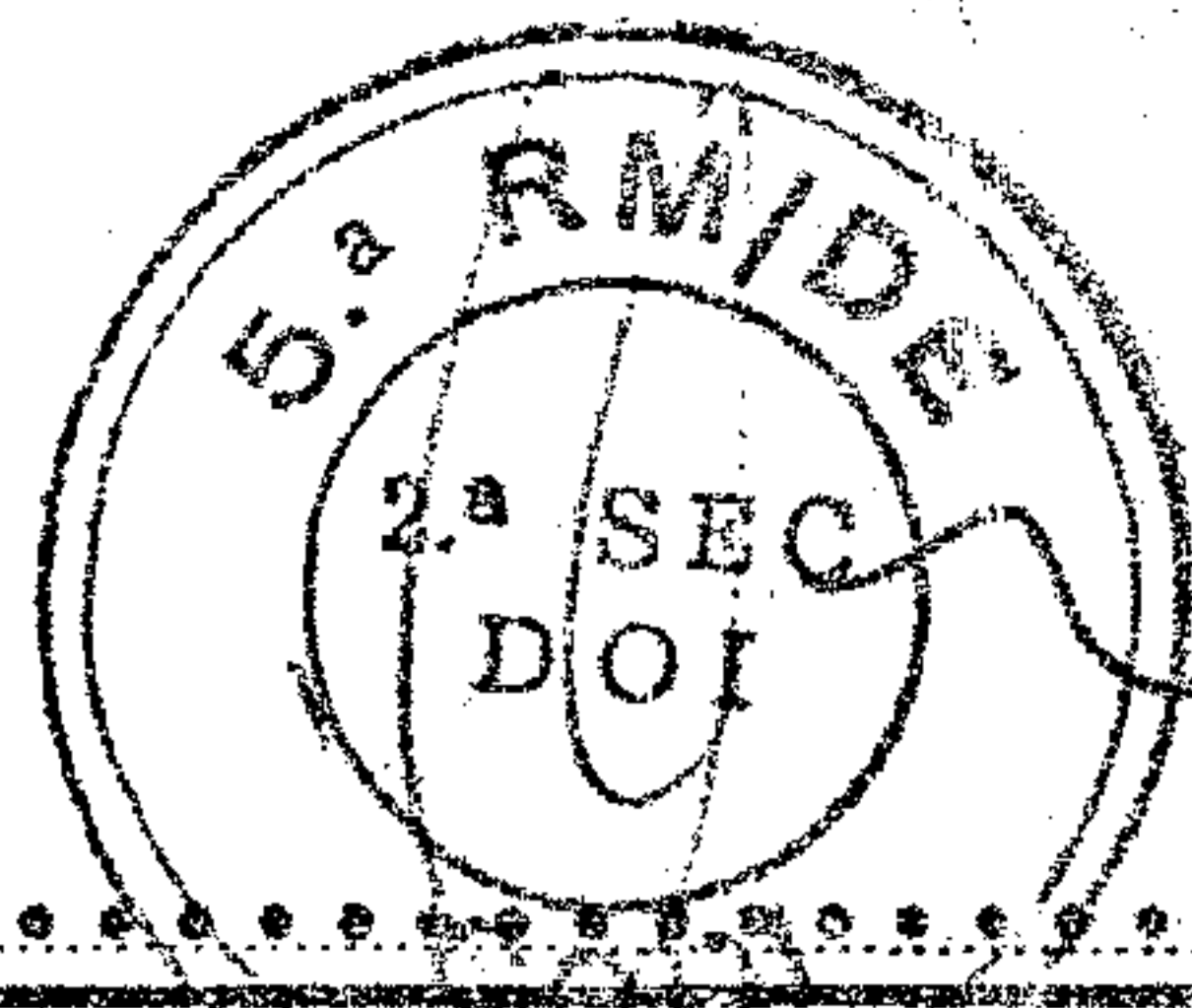
GILBERTO FILHO - RJ
FERNANDO COLLYER - AM
JORGE FARIA - MG
CRISTIANO PINTO - PR
JORGE OLAVO LEITE - RS
TERESA FIGUEIREDO - PE
NAGIB JORGE - PE
RENIVALDO BRITO - BA
FERREIRA BATY - MA
PEDRO PINTO - PA
LAIS FAGUNDES OREB - SP
TEOTONIO NETO - SE
VALDEMAR BASTOS - SC
ARIOVALDO RANGEL - RJ
JARBAS BARBOSA NETO - RJ
IVANI BORGES - SC
LUIZ MIR - SC
URUBATAN SANTOS - PR

Foram aprovadas as seguintes teses:

- 1) Estabelecimento de um salário mínimo profissional - 5 ve-
zes o salário mínimo regional para o estagiário e de 6 -/
vezes para o profissional.
- 2) Direito a percepção de percentual de 80% por reprodução /
de seu trabalho em outro órgão de divulgação.
- 3) Revisão das aposentadorias dos jornalistas, aposentados /
entre 1959 e 1975.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 55/DOI/76..... fl 12)

- 4) Gratificação de Tempo de Serviço no valor de 10% por -/ quinquênio.
- 5) Não adoção pela Federação Nacional dos Jornalistas e Sindicatos de convênios com o INPS. Aham que tal, desvirtuaria o movimento sindical.
- 6) Realização de um censo nacional da classe.
- 7) Participação nos lucros das empresas a que estão vinculados de acordo com a Constituição.
- 8) Cobrar da CONTECOP, quais suas atividades em defesa dos jornalistas, já que ela arrecada 5% das contribuições -/ sindicais.
- 9) Rejeitar proposta do Sindicato de BRASÍLIA, que propunha a fixação do salário mínimo do jornalista, baseado no -/ desconto da contribuição sindical.
- 10) Divulgar aos demais sindicatos como é precária a situação profissional e salarial dos jornalistas do PARANÁ e PERNAMBUCO.

c. COMISSÃO Nº 3 (ANEXO Nº 5)

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Presidente - IVAN CAVALIERI - JUIZ DE FORA

Secretária - LIA R. DANTAS - SÃO PAULO

Relator - DÉLIO R. ABREU

Membros:

ALVARO MARTINS

OTACILIO FONSECA - BA

RAIMUNDO FRANÇA - MA

WAGNER AKASHI - MA

JOSÉ CRUZ - RS

ANTONIO GONZALES - RS

VALDELUZA DUARTE - PE

~~X~~ARLETE BELO - PE

~~X~~ARGEU SANTARÉM - RS

~~X~~CIDULIA MELO - AM

~~X~~GRAÇA MEDINA - AM

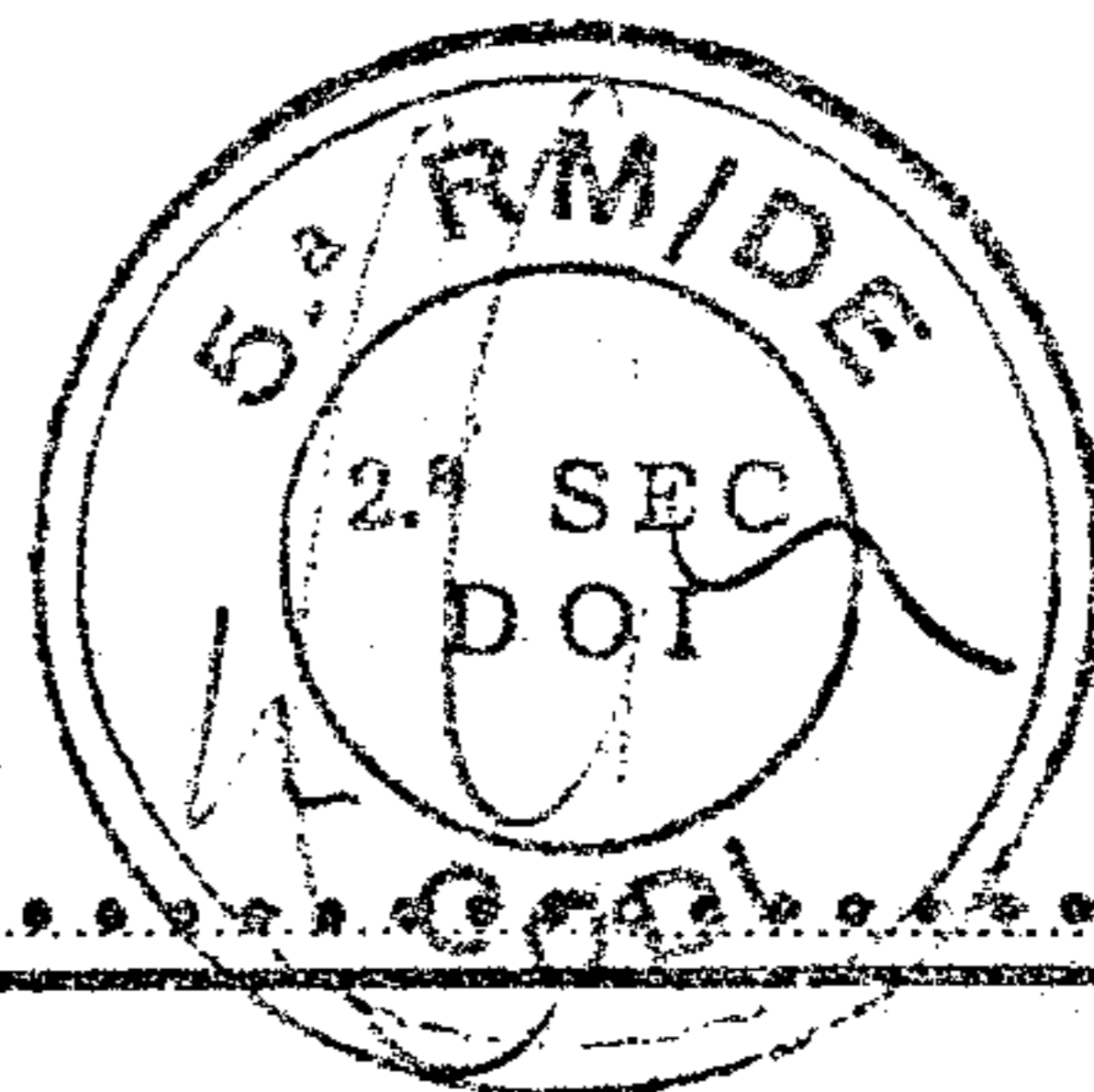
FRANCISCO SANTOS - CE

NADIA MARIA DE ARGOLO - BA

GASPAR MIOTTO - RS

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 55/DOJ/76..... fl 13)

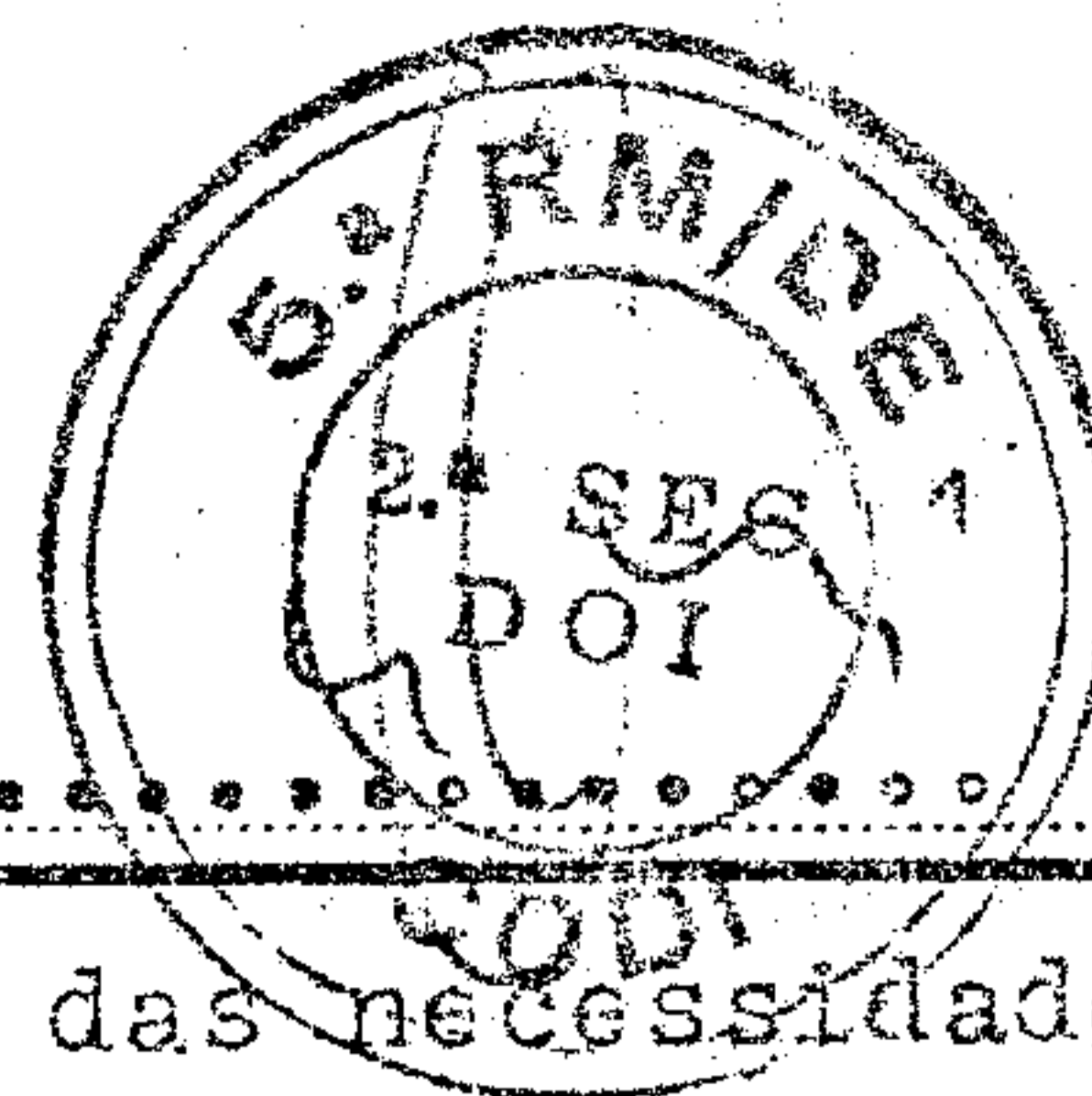
MARLENE DA VEIGA - PR
MARCELINO QUADROS - PR
ARLETE DE AGUIAR BELO - PE
MARLI SILVIA LOPES - RS
EDELISE PILATI - PR
VANDIQUE DA SILVA JR. - PR
MARIA MARTINS - PR
ANA MARIA MARQUESINI - PR
NEUSA YOSHIOKA - IR
ROSALY SALAZAR - PR
ELI RICCI QUINTANS - PR
SANDRA R. VIEIRA - PR
ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS - GO
MARIA ISABEL VOGT - GO
AMALIA TERESA DAMIAN - PR
JONI DA CRUZ E SOUZA - RS
APARECIDA DANESI - PR
WALDEMAR BASTOS - SC
ISABEL APARECIDA BARBIERI - PR
ELIANE VILLNER - PR
VILMARA BORBA - PR
AUTA BORGES RESENDE - PR
ELLERY AMARAL DE CASTRO - PR
TANIA GROMOSKI - PR
GERUSA BACCARIO - PR
RUI ANTONIO GONÇALVES - PR
JURANDIR TEIXEIRA - PR
SONIA BITTENCOURT - PR
NORMA DE SOUZA TROMASZECK - PR
ROLDÃO ARRUDA - PR
VALDIR BIANCO - PR
HUGO BIVAS - PR
LEONILDA ALVES DA ANUNCIÇÃO - PR
MARIA LUCIA MAISI - PR

Chegou esta Comissão às seguintes conclusões:

1) Criação de comissões de estudos em cada Sindicato, formada por profissionais, estudantes e professores do ramo jornalístico, objetivando a reforma do ensino do jornalismo, atual

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação de INFO Nº 55/DOI/76..... fl 14)

mente desvinculado da realidade nacional e das necessidades de mercado de trabalho.

Decorre o fato acima de que os Cursos de Comunicação não têm formado profissionais adequados, haja visto:

- deficiência do ensino
- desatualização dos programas
- precariedade de equipamentos e laboratórios

2) que nas Universidades, o MEC só empregue nas assessorias e veículos de comunicação social a elementos oriundos dos cursos de comunicação ou profissionais habilitados.

3) que a classe lute pela extinção do estágio em empresas -/ jornalísticas e assessorias por parte de alunos de comunica- / ções sociais.

4) Automática expedição do registro profissional de jornalista, assim que o aluno se formar no referido curso com apresentação de diploma ou atestado de conclusão do curso. (Obs:- -/ Atualmente além do aqui estipulado, precisa também fazer estágio em empresa jornalística).

Fato interessante nesta Comissão foi narrado pelo Sindicato do PARANÁ, que declara que as reitorias estão expedindo diplomas com até três anos após a formatura do aluno em Comunicações Sociais. Acarreta o fato a negativa do registro do profissional junto à DRT.

d. COMISSÃO Nº 4 - (ANEXO Nº 06)

A FEDERAÇÃO E SUA ATUAÇÃO

Presidente - REINALDO BASTOS SANTOS - RJ

Secretário - OLBIANO SILVEIRA - PE

Relator - MOACIR PEREIRA - SC

Membros:

JOSE ALDO IVO - AL

AUDALIO DANTAS - SP

ROLAND MARINHO SIERRA - SP

ALCEU PORTO CARRERO - (CONICOP)

JOESIL DOS ANJOS BARROS - Presidente da Federação

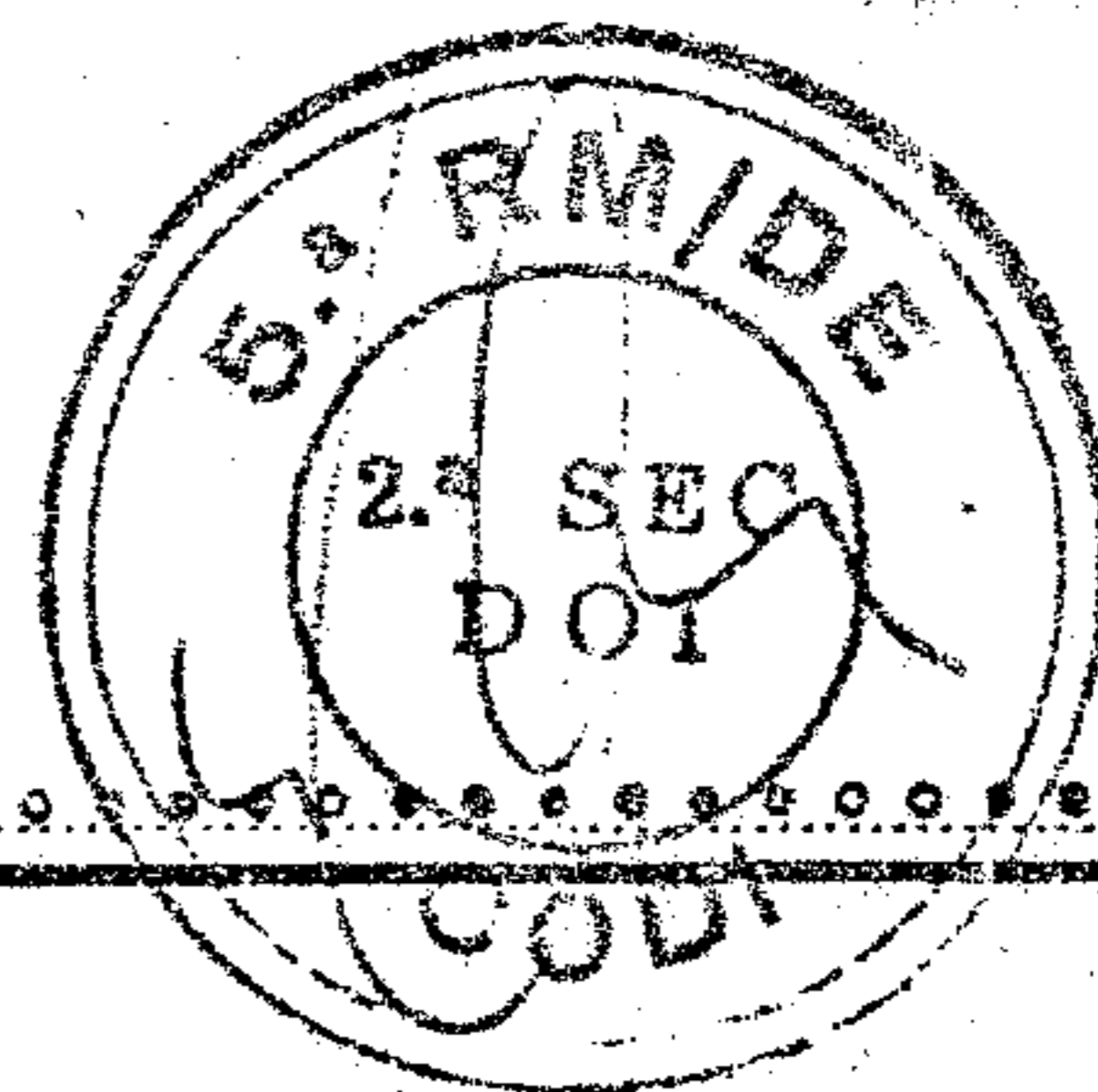
EYDER PAZ - MA

ARNOLDO ANATER - PR

RODRIGO DE FREITAS - PR

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 55/DOI/76..... fl 15)

JOÃO BORGES DE SOUZA - RS

SINVAL GONÇALVES - AM

ANDRÉ MOTA LIMA - RJ

GILBERTO LIMA - RJ

IVANI BORGES - SC

LEO FILHO - SE

DERLY LOPES - GO

LEOCÁDIO MORAIS - PE

GILSON LOURES - MG

Esta Comissão concluiu:

- que a FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS é una e indivisível e órgão máximo do sindicalismo jornalístico brasileiro.

- que à FNJP caberá a fiscalização das atividades dos Sindicatos.

- que é permitida a reeleição nos cargos dos Sindicatos, bem como acumulação de cargos neles.

- que a FNJP realize ampla divulgação de suas atribuições legais e áreas de competência, orientando sindicatos e jornalistas.

O fato acima é uma alusão ao intrometimento da ABI, que aspira representar a classe jornalística.

e. COMISSÃO Nº 5 - (ANEXO Nº 7)

LIVRE EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Presidente - ALDO MAGALHÃES - DF

Secretário - RONALDO BUARQUE DE HOLANDA - RJ

Relator - DÍDIMO PAIVA X MG

Membros:

DONATO CARDOSO - PA

GUILHERME LEDO - PA

ELISIO SERRA - CE

TANCREDO CARVALHO - CE

JOSÉ ELIAS SILVA - AL

GABRIEL MOUZINHO - AL

ROLANDO SIERRA - SP

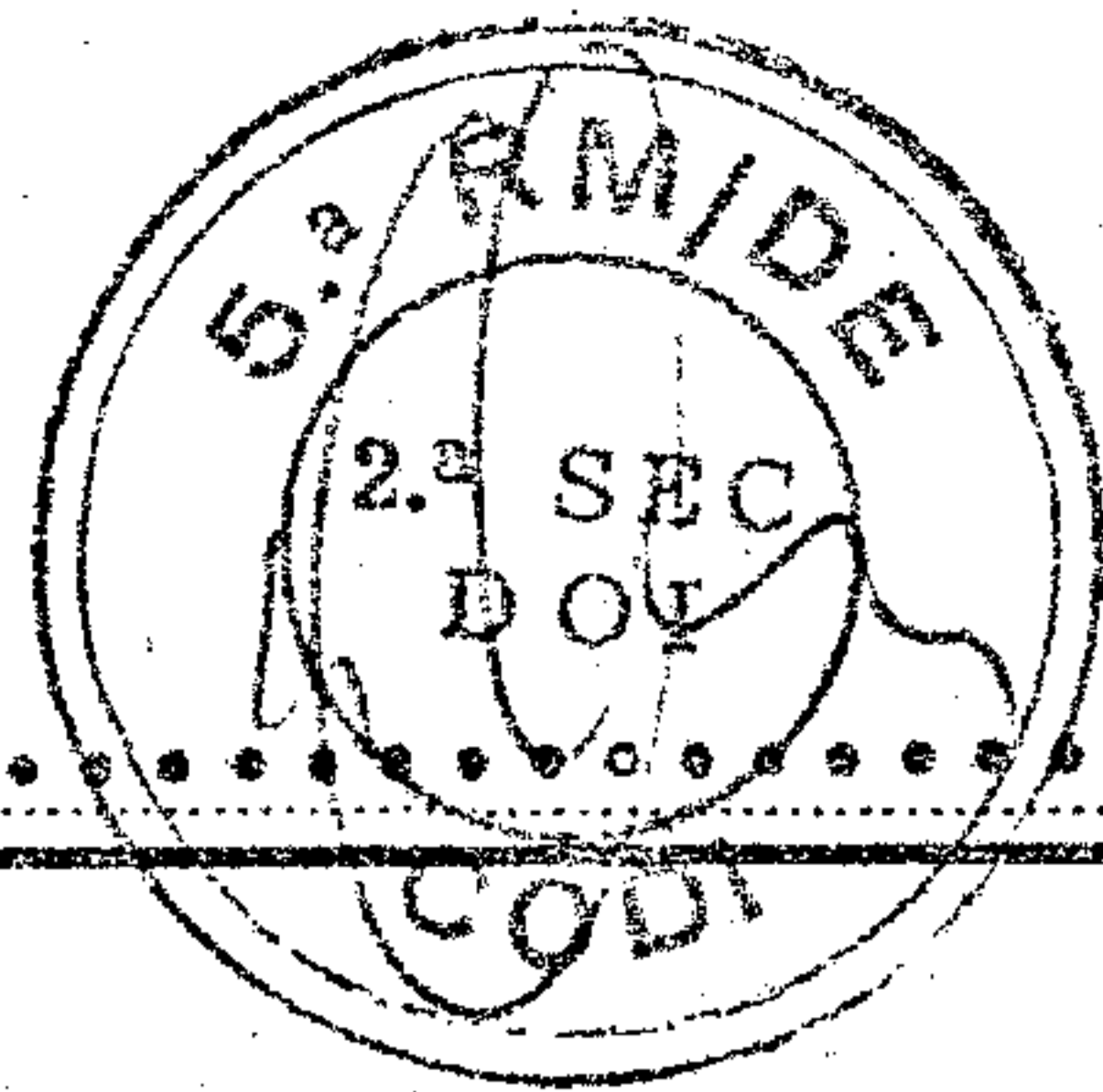
AUDALIO DANTAS - SP

BERNARDO ALMEIDA - MA

LEOCÁDIO MORAIS - XPE

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 55/DOI/76..... fl 16)

JAIME ALVARENGA GOMIDE - MG
ANTONIO CLARET DE REZENDE - PR
JORGE NAROZNIAK - PR
LUCIDIO CASTELO BRANCO - RS
OLIR ZAVASCHI - RS
PAULO BARRETO - PE
WILSON SOARES - PE
AGNALDO ALMEIDA - PB
ARGEU SANTARÉM - RS
RAIMUNDO ARAUJO NOGUEIRA - AM
REINALDO SANTOS X RJ
GILBERTO LIMA - RJ
JOSÉ NAZARENO COELHO - SC
TACITO TANI - EST. RIO
DERLI LOPES X GO
MEDEIROS NETO - GO
GUILHERME LEDO DOS SANTOS - PA

MATÉRIAS DISCUTIDAS:

SÃO PAULO - MOÇÃO

Contra o Código de Menores que dá aos juizes de menores autoridade de jurisdição restrita à suas comarcas de censurar e controlar jornais, revistas, rádio, TV, além de discos e fitas magnéticas. Assim podem os juizes de menores até determinar a proibição de filmes e espetáculos quanto a idade, sobrepondo-se a Censura Federal.

SÃO PAULO - TESE X

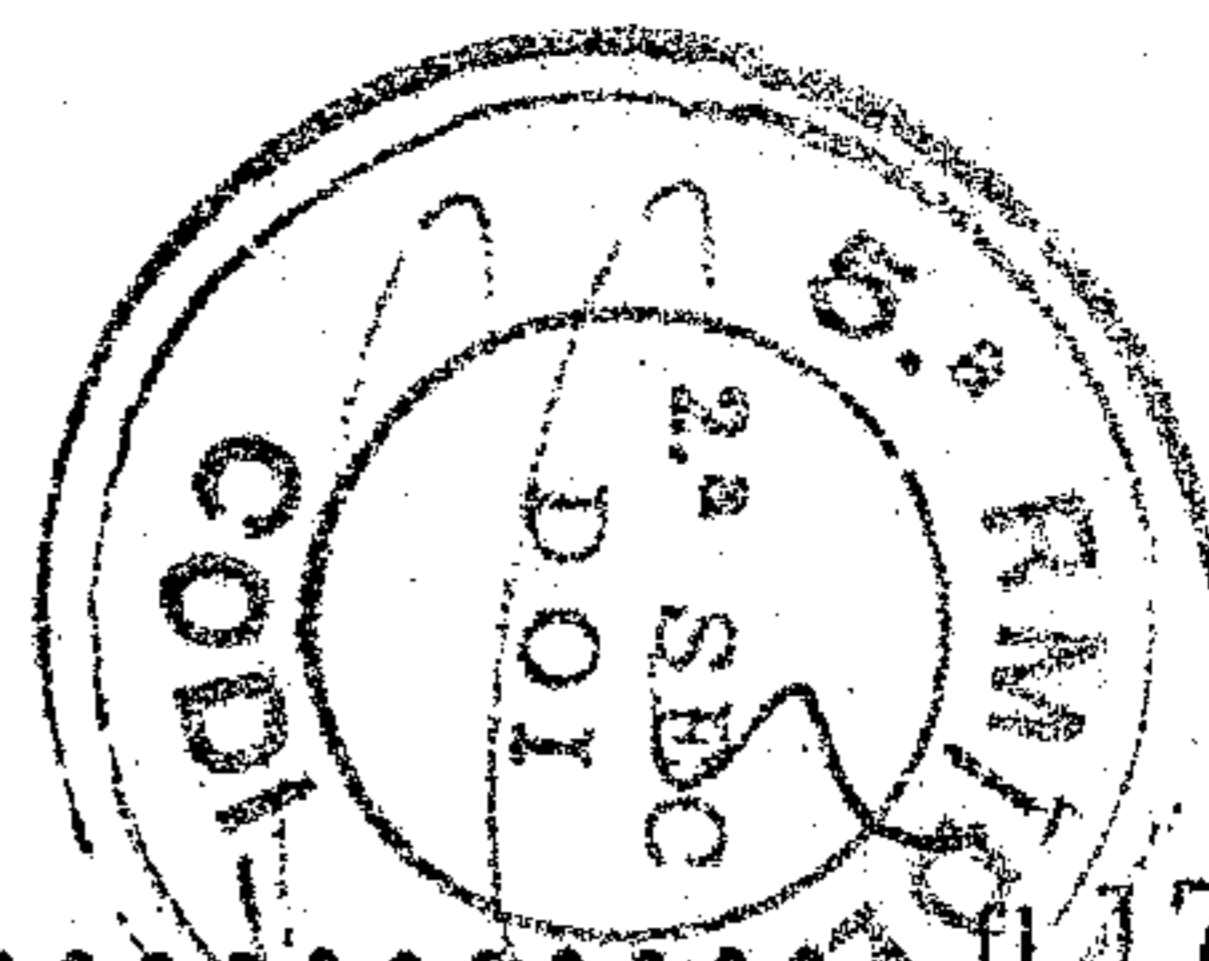
CENSURA E LIBERDADE DE IMPRENSA

Principais tópicos:

"Em 1964, com a adição do Ato Institucional nº 1, começa -/ para o BRASIL, um novo estilo de relação entre Estado e o cidadão, um novo quadro de relações políticas, em que o Poder / Executivo e o Governo concentram em suas mãos, praticamente, / todo o exercício do contrato social" (modo disfarçado de dizer que o governo é uma ditadura). Mais adiante: "A situação -/ agrava-se com a edição do Ato Institucional nº 5, em 1968, -/ conferindo ao Estado ainda maior capacidade de exercício do / poder político, instrumento do Governo para a institucionali-

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação de INFO Nº 55/DOI/76.....17)

zação de múltiplas e drásticas formas de controle sobre toda a sociedade, entre elas, a censura à imprensa".

Mais adiante:

"O Governo, em nome do Estado, por meio da censura prévia tenta destruir determinados jornais e atemorizar a todos".

Em consequência a delegação de SÃO PAULO propôs 21 recomendações a serem cumpridas. (o número 21 por coincidência é sugestivo, lembra o número das condições determinadas pelo II Congresso Mundial Comunista).

As 21 recomendações em resumo pregam o seguinte:

- 1) Resistência a censura e auto censura.
- 2) Frente, formada por sindicatos e outras entidades de jornalistas, para lutar pela liberdade de imprensa.
- 3) Usar o movimento estudantil para tal luta.
- 4) Apoiar por todos os meios as manifestações de resistência e protesto.
- 5) Levar para as ruas o movimento.
- 6) Realizar outro Congresso Extraordinário, só sobre a luta contra a censura.
- 7) Criar uma Comissão Nacional de liberdade de imprensa.
- 8) Criar um boletim em nível nacional que se dedique a luta em pauta.

* MINAS GERAIS - DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

Principais Tópicos:

"Repressão policial e censura visam reprimir a mobilização nacional em busca da mudança social".

"Censura é usada para impedir que se diga:

- Salário mínimo não dá para alimentar a família do operário
- Exploração bárbara das bóias frias

Evitar o debate de:

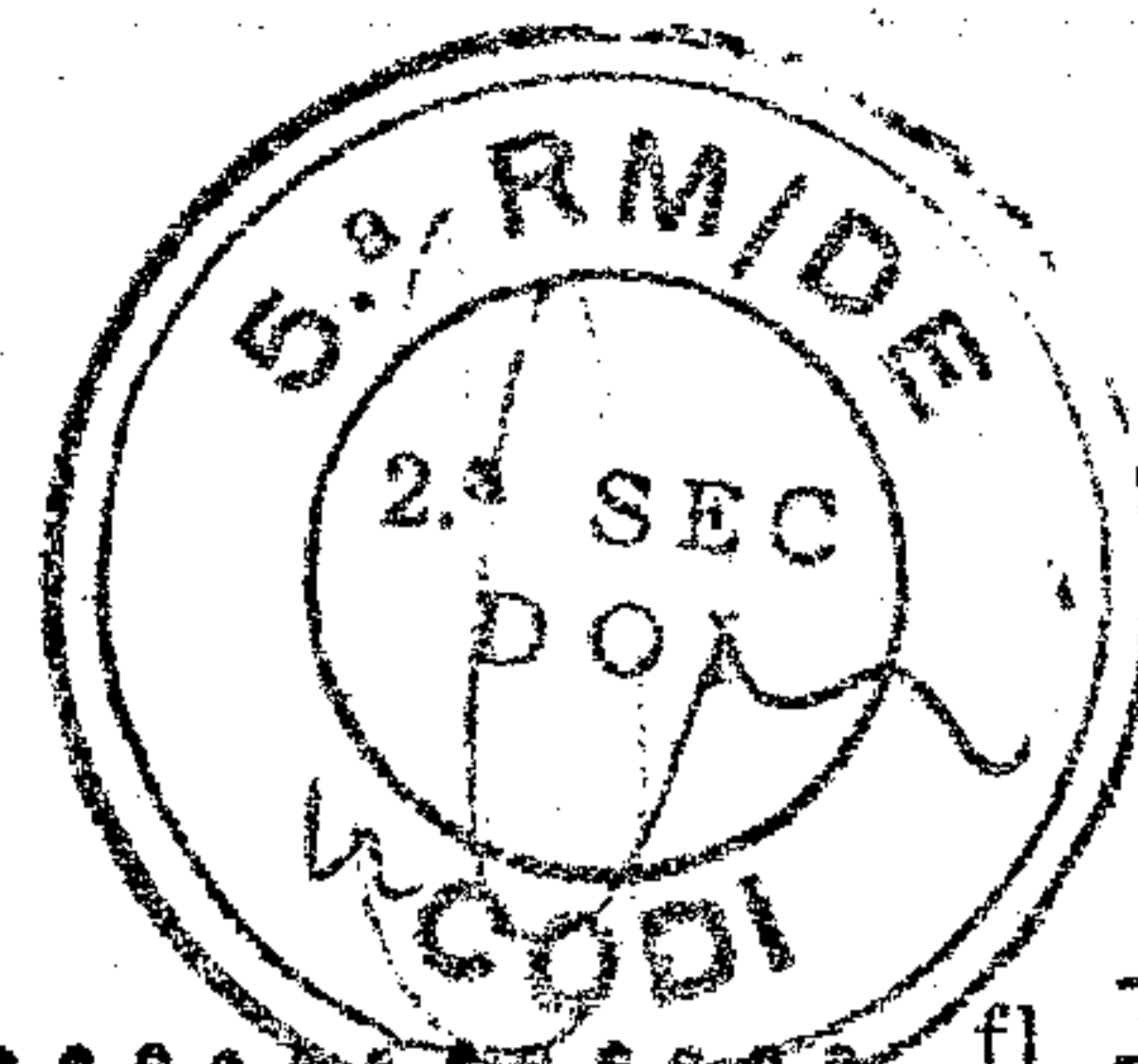
- Empobrecimento do povo
- Inflação galopante
- Indivíduo externo
- Queda do poder aquisitivo do povo
- Alto custo de vida
- Falta de escolas
- Baixo nível de atendimento à saúde"

Formação de uma FRENTE COMUM unindo diretores de imprensa, rádio

e TV, a fim de impedir que interesses mercantilistas e

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 55/DOI/76..... fl 18)

alienígenas mantenham o controle da economia nacional em detrimento do povo brasileiro. (Período acima obedece em tudo à tática comunista).

RELATÓRIO DA COMISSÃO

Aprovou a moção de SÃO PAULO.

Aprovou com restrições a Tese Paulista.

Não aceitou as recomendações que visavam a agitação.

Aprovou a declaração de Princípios de MINAS GERAIS.

3. REUNIÃO PLENÁRIA FINAL

- Foram aprovados todos os relatórios das Comissões, a exceção dos referentes a Comissão nº 5, apenas parcialmente aprovado.

Em seguida manifestaram-se:

x a) ANDRÉ MOTTA LIMA, representante da ABI (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA):

- Declarou-se indignado por não poder apresentar uma mensagem do Presidente da ABI na abertura do Congresso.

Fez publicar no dia 03 JUN 76, a mensagem, em um jornal de CURITIBA.

Protestou contra a presidência do Congresso, fato que gerou descontentamento em alguns dos jornalistas presentes.

Foi permitido a ANDRÉ MOTTA LIMA, fazer a leitura da mensagem ao plenário, mas houve protestos veementes pela falta de cavalheirismo do representante da ABI e a falta de reciprocidade da ABI para com a Federação Nacional de Jornalistas Profissionais.

b) A DELEGAÇÃO DE MINAS GERAIS apresentou um trabalho denominado "MANIFESTO CONTRA O GOVERNO DA NAÇÃO E A POLÍTICA ATUAL; CENSURA PRÉVIA E OSTENSIVA"; "DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS" - anteriormente aprovada na Comissão nº 5.

- A delegação Catarinense não concordou com a íntegra do manifesto. Propuseram que fosse mudado, ou substituído um trecho, que dizia que o salário mínimo não dava para atender as necessidades básicas do trabalhador brasileiro.

Acha a delegação catarinense, que isso nada tem a ver com a temática do Congresso.

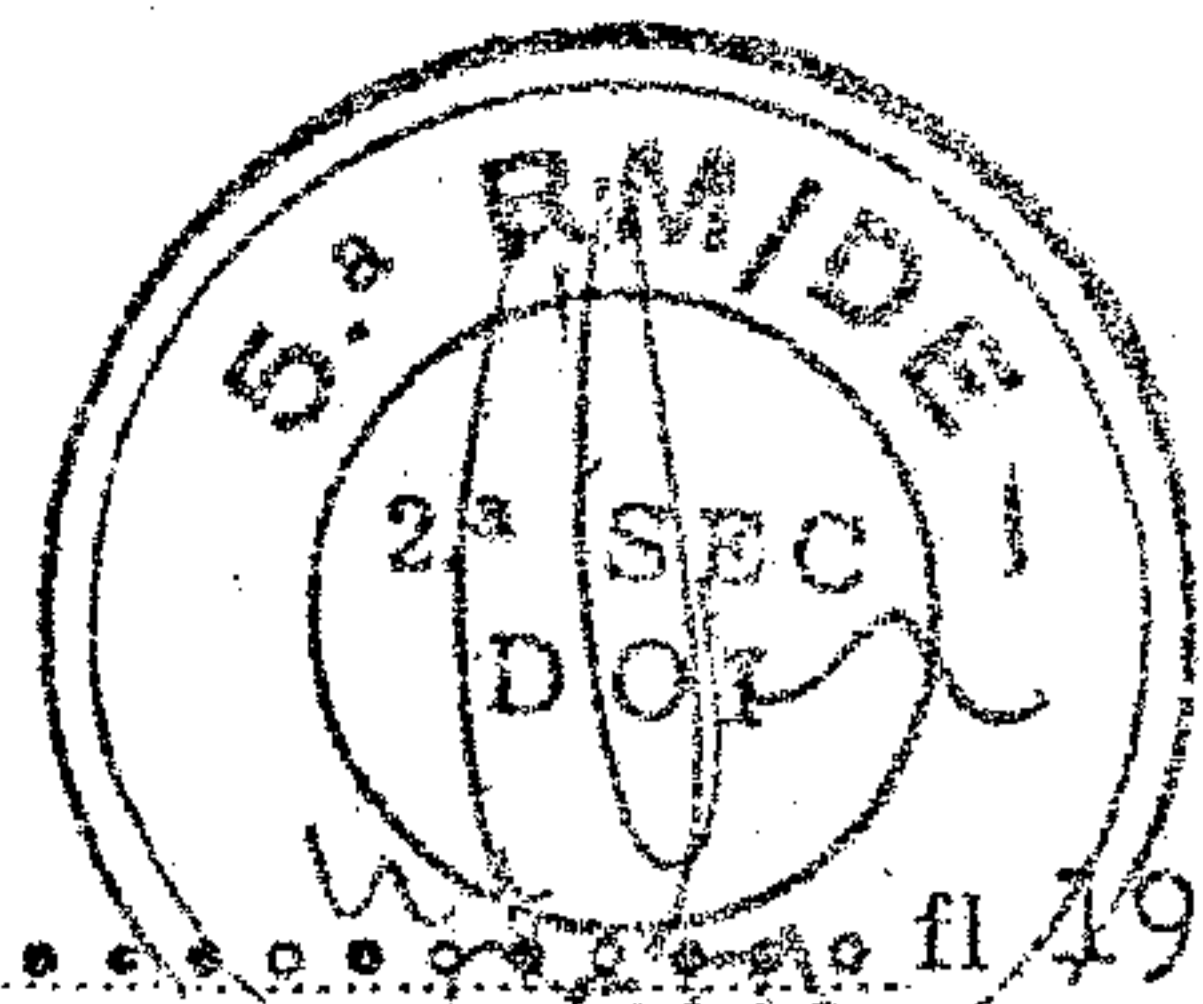
Os jornalistas catarinenses acharam oportunos os protestos contra a censura prévia e ostensiva, contra a dívida externa e contra a política econômica, porém sem entrar em pormenores.

Houve insistência da delegação Mineira, o que gerou protestos.

Ao final, o trabalho não foi aprovado por 16 a 08, visto o assunto não ter sido bem focado no contexto do Congresso.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 55/DOI/76..... fl. 19)

c) - Aprovada mensagem do Sindicato de GOIÁS a ser dirigida ao -/
Exmo Sr Ministro da Justiça, ARMANDO FALCÃO, agradecendo suspen-
são da censura prévia, da "REVISTA VEJA", solicitando ainda à /
aquela autoridade, providências no sentido de serem também sus-
pensas as censuras em outros veículos de comunicação, por acha-
rem que o jornalista brasileiro está ciente de suas obrigações,
não necessitando assim, de vigilância constante.

d) - Foi aprovada também a mensagem do Sindicato de GOIÁS ao Gover-
no do PARANÁ, de agradecimento pela acolhida tributada aos Con-
gressistas.

e) - JORNALISTA HAMILTON OTÁVIO SOUZA (SP) protestou pelo fato do
Congresso ter aceito convite do Governo do Estado do PARANÁ, -/
para coquetel, alegando que estavam ali para trabalhar e não -/
para atividades sociais.

Foi aparteado pelos jornalistas RONALDO NASCIMENTO (MG) e APA-
RÍCIO MACIEL MEDEIROS (GO), que declararam ser impossível reali-
zar congressos sem o apoio governamental.

f) - O Congresso aprovou o documento denominado "CARTA DE CURITIBA"
que em síntese reivindica: um salário mínimo profissional que -/
corresponda a 6 vezes o salário mínimo regional, para jornalis-/
tas registrados e a 5 vezes para os estagiários; redefinição do
ensino do jornalismo, adequando à realidade nacional; alteração
da norma legal que disciplina o estágio de estudantes de jorna-/
lismo e a necessidade de defesa da liberdade de imprensa.

4. ASPECTOS DIVERSOS

No decorrer do Congresso apurou-se os seguintes fatos:

a. Associações de Jornalistas

Foi levantada a existência, paralelamente a FNJP e Sindicatos,
das seguintes associações de jornalistas:

- ABI - (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA) - Fez-se repre-/
sentar no Congresso.

- API - (SP) ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE IMPRENSA - Não teve re-/
presentantes no Congresso.

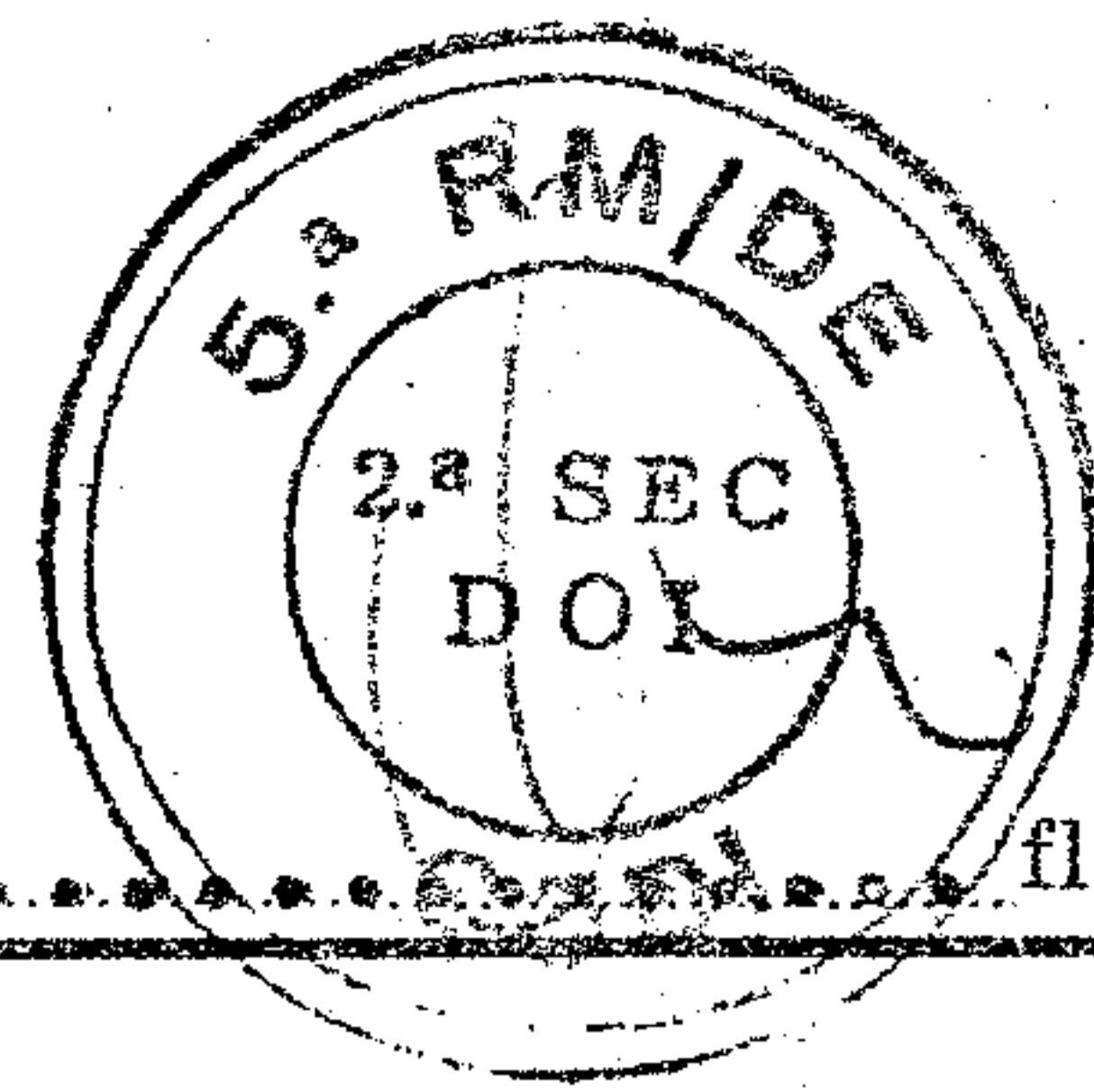
- AIP - (PE) ASSOCIAÇÃO DE IMPRENSA DE PERNAMBUCO - Não teve
representantes no Congresso.

- ACI - (CE) ASSOCIAÇÃO CEARENSE DE IMPRENSA - Não teve re-/
presentantes no Congresso.

- ARI - (RS) ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE IMPRENSA - Não teve/

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 55/ DOI/76..... fl 20)

representantes no Congresso.

- AEI (ES) ASSOCIAÇÃO ESPIRITOSANTENSE DE IMPRENSA - Não teve representantes.

Estas são associações autônomas e independentes, sem vínculo com o Sindicalismo Jornalístico. Têm finalidades sociais agregando elementos da classe patronal e assalariada..

A ABI (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA) particularmente, como associação mais antiga, já teve expressiva força outorgando-se o direito de representar a classe jornalística e -/ impondo decisões em conclaves realizados no passado. Atualmente a ABI está sendo alijada pela CONTCOP e FEDERAÇÃO DOS/ JORNALISTAS e somente obtém autorização para se fazer representar em congressos mediante anuência das comissões organizadoras, fato ocorrido neste Congresso, mas, mesmo assim, -/ com direito à voto somente em plenário.

b. TENDÊNCIAS IDEOLÓGICAS DAS ORGANIZAÇÕES PRESENTES AO CONGRESSO

1) Conservadores de direita

CONTCOP;

FNJP;

e Sindicatos do:

- DF;

- MARANHÃO;

- RECIFE;

- PARAÍBA;

- PASSO FUNDO;

- JUIZ DE FORA;

- RIO DE JANEIRO;

2) Entidades manobradas por elementos de esquerda

Sindicato de Jornalistas de:

- SÃO PAULO;

- BAHIA;

- MINAS GERAIS; e

- ABI

3) Sindicatos de orientação ideológica indefinida

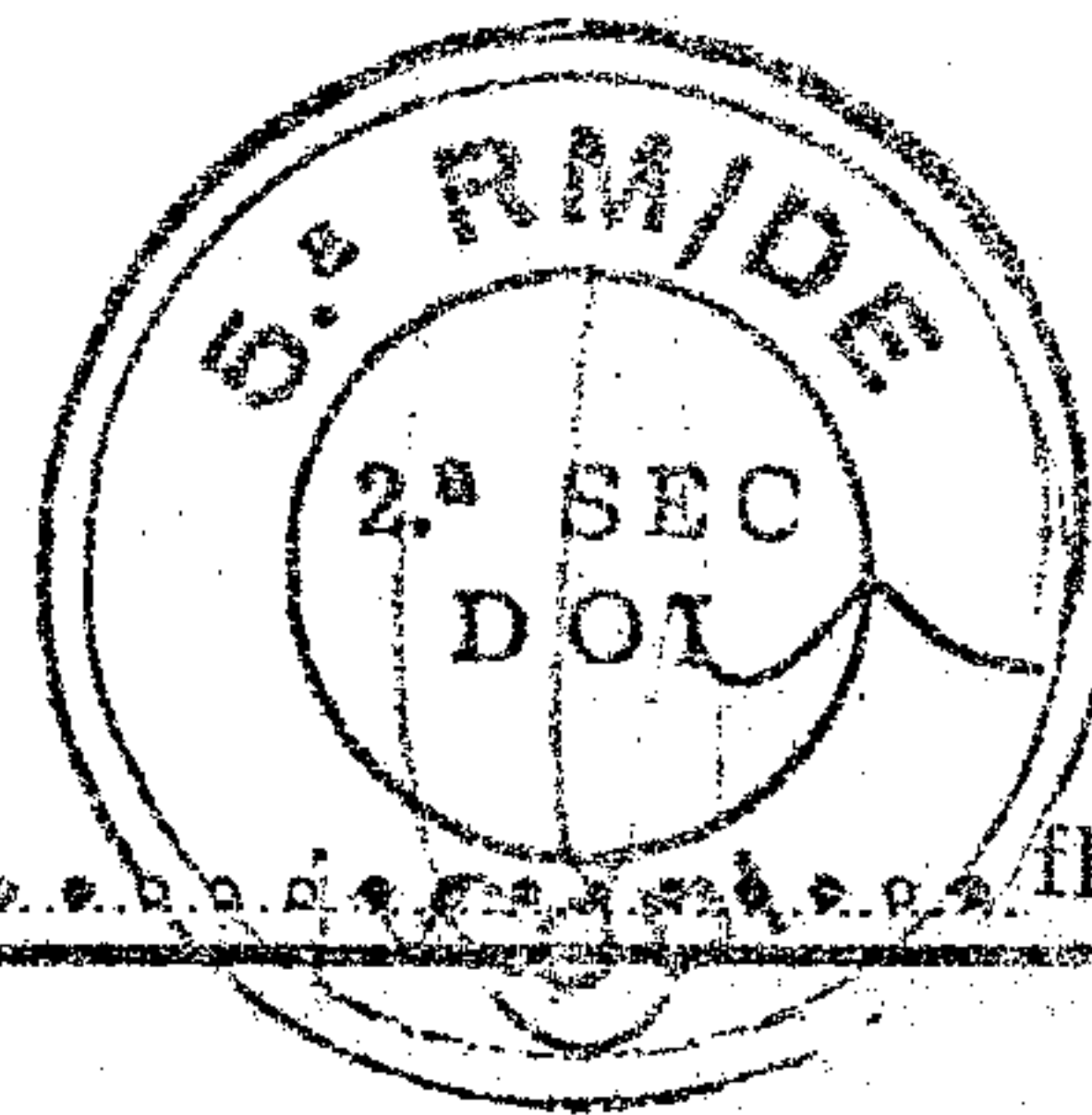
- PORTO ALEGRE;

- PARÁ;

- AMAZONAS;

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação de a INFO Nº 55/DOI/76..... II 21)

- GUANABARA;
- SANTA CATARINA.

c. Bancadas que se destacam como atuantes no Congresso:

- SÃO PAULO;
- DF;
- MINAS GERAIS;
- SANTA CATARINA;
- FNJP;
- CONTCOP

d. Congressistas que sobressairam-se no Congresso por suas atuações junto às Comissões ou no Plenário:

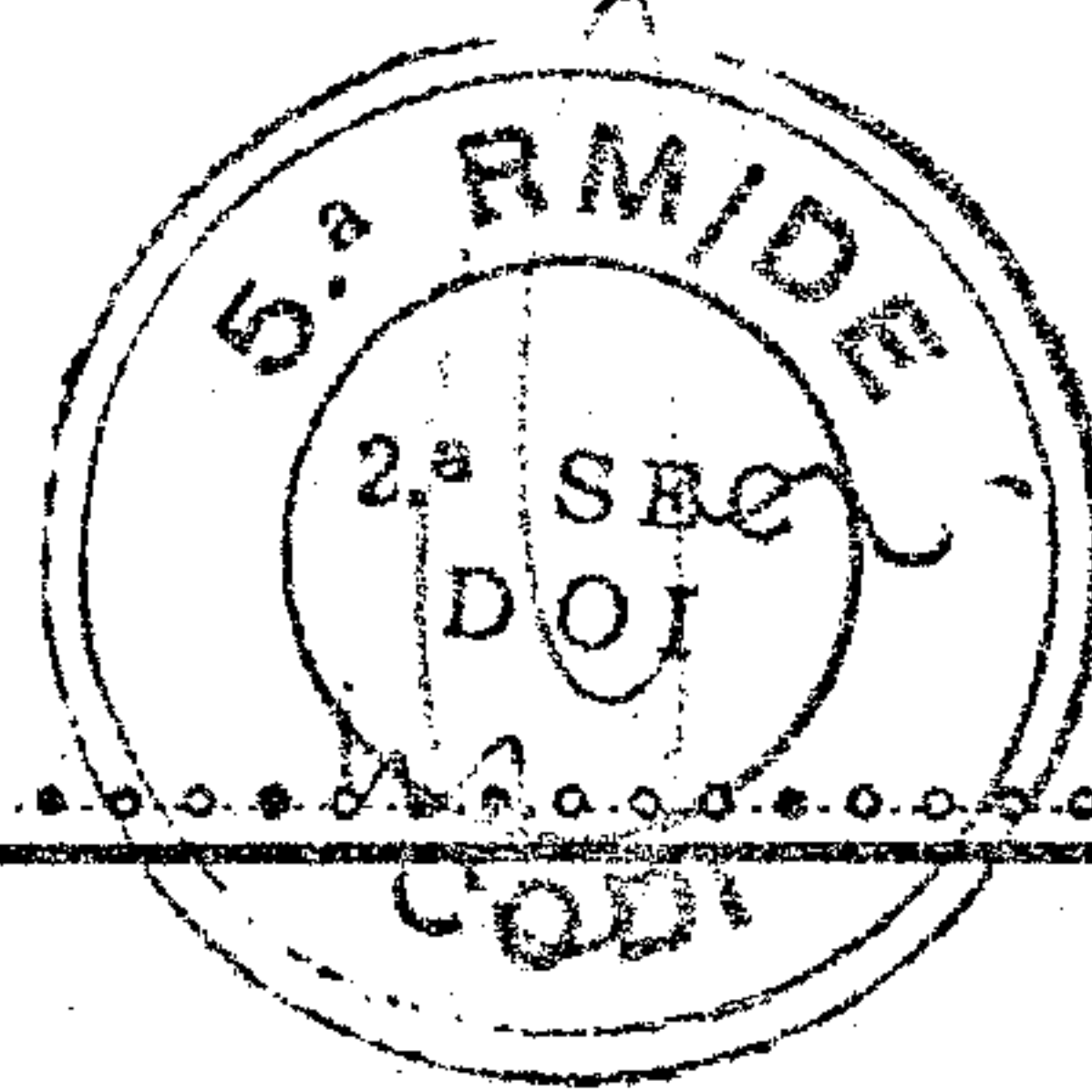
- AUDÁLIO DANTAS^X - Presidente do Sindicato de SÃO PAULO
- ANTONIO FIRMO GONZALES - CONTCOP
- LEOCÁDIO MORAIS^X - FEDERAÇÃO
- ARNALDO RAMOS^X - DF
- DÍDIMO PAIVA^X - Presidente do Sindicato de MINAS GERAIS - /
(atuação nas comissões).
- WASHINGTON MELO^X (MG)
- LUCIDIO CASTELO BRANCO (PORTO ALEGRE) - Atuação nas comissões.
- JOÃO BORGES DE SOUZA (PORTO ALEGRE)
- RAIMUNDO ARAUJO NOGUEIRA^X (AMAZONAS)
- ANDRÉ MOTTA LIMA^X (ABI)
- REINALDO SANTOS^X (RIO DE JANEIRO) - Atuação nas comissões
- MOACIR PEREIRA (SANTA CATARINA)

e. Congressistas que se destacaram na Comissão de Organização e Orientação:

- AUDÁLIO DANTAS^X
- ALCEU PORTOCARRERO^X (CONTCOP)
- ANTONIO FIRMO GONZALES (CONTCOP)
- JOSÉ GUIMARÃES PEDROSO (CONTCOP)
- ALDO VINHOLI MAGALHÃES^X (Vice-presidente da Federação)
- JOESIL DE BARROS^X (Presidente da Federação)
- LEOCÁDIO MORAIS^X (Representante da Federação na CONTCOP)
- ARNALDO RAMOS (DF)
- DÍDIMO PAIVA^X (MG)
- WASHINGTON MELO^X (MG)
- AIRTON LUIZ BATISTA (PARANÁ - Presidente do Congresso)

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação de a INFO Nº 55/DOI/76..... fl 22)

- JOÃO BORGES DE SOUZA (PORTO ALEGRE)
- LUCIDIO CASTELO BRANCO (PORTO ALEGRE)
- JOÃO BOSCO GASPAR (PARAÍBA)
- TÁCITO TANL (Presidente do Sindicato do Estado do RIO)
- FRANIO DE OLIVEIRA (Ex-presidente do Sindicato do AMAZO-
NAS).

f. Congressistas que demonstraram serem elementos atuantes da esquerda:

- ANDRÉ MOTTA LIMA (ABI)
- ROLAND MARINHO SIERRA (SP)
- AUDÁLIO DANTAS (SP)
- LIA RIBEIRO DANTAS - (SP)

g. Congressistas que atuaram a favor das manobras esquerdistas durante o Congresso:

- DÍDIMO PAIVA (MG)
- WASHINGTON MELO (MG)
- GASTÃO TOMAZ DE ALMEIDA (SP)
- LUCÍDIO CASTELO BRANCO (PA)
- RAIMUNDO ARAUJO NOGUEIRA (AM)

h. Documento Zero

- Jornal editado por elementos esquerdistas de oposição ao Sindicato do PARANÁ reunidos no denominado - MOVIMENTO DE ATIVAÇÃO SINDICAL.

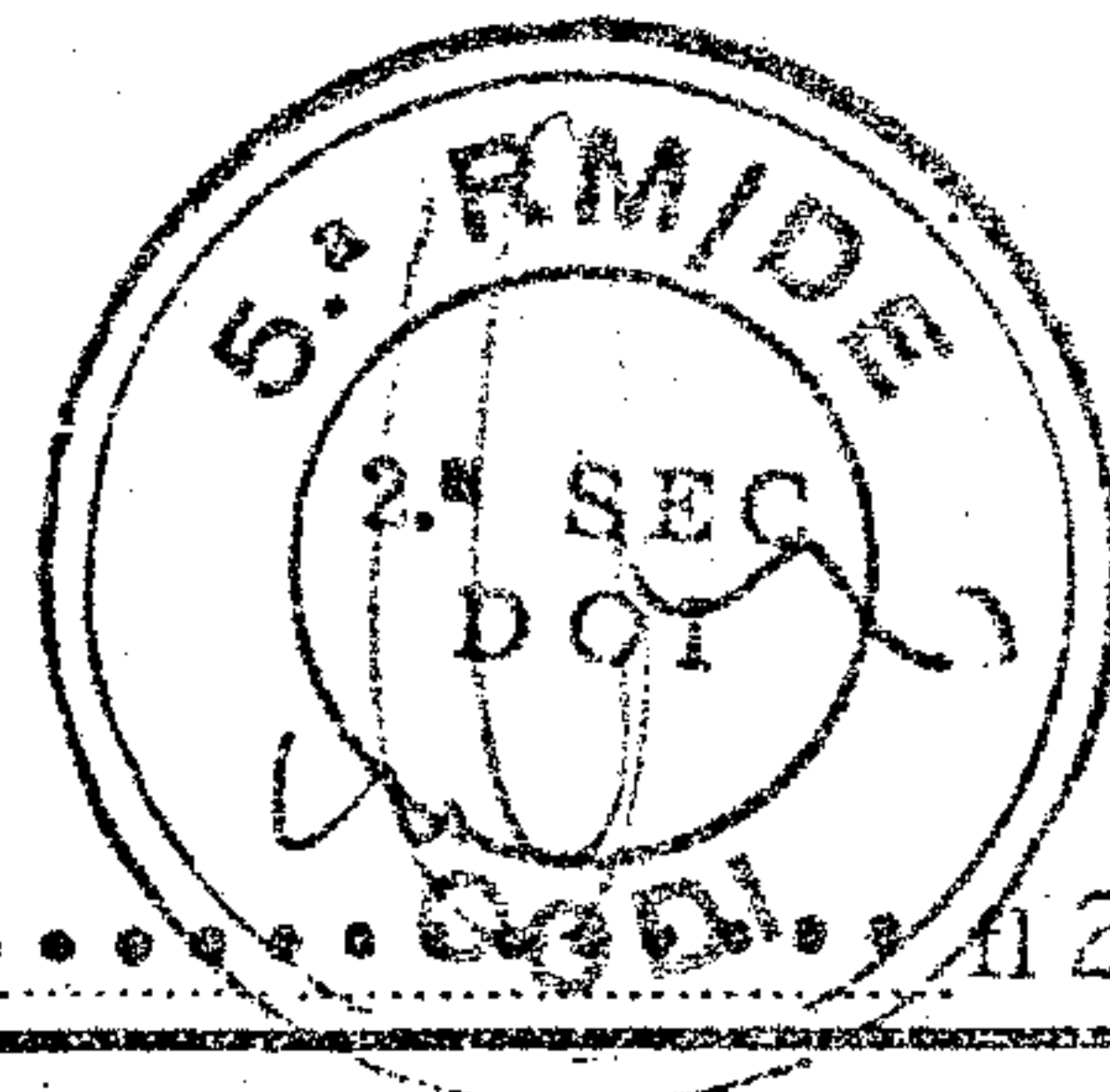
- O referido jornal circulou por ocasião no Congresso e tinha por editores responsáveis:

- EDNA RUTH BOLONHEZ
- FERNANDO ALEXANDRE
- RENAN SEDANO RUIZ
- MARCIO M. GEENEN
- PEDRO FRANCO
- HÉLIO TEIXEIRA
- PAULO ROBERTO MARINS
- ELZA DOMAKOSKI

- Os três últimos fazem parte da equipe de WALMOR MARCELINO, subversivo prontuariado, sendo jornalista, ex-integrante do Comando Regional da AP no PARANÁ e editor de jornais clandestinos como SCAPS e OPOSIÇÃO.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



(Continuação da INFO Nº 55/DOI/76..... 123)

i. Elementos de passado subversivo presentes na assistência, / quando da abertura do Congresso:

Conforme se verifica nas fotos do anexo 11, estiveram presentes como assistentes os seguintes elementos de passado / subversivo:

- WALMOR MARCELINO
- FÁBIO CAMPANA

5. CONCLUSÕES:

Dos fatos relatados na presente informação, bem como dos exames e investigações levadas a efeito, conclui-se o seguinte:

a. Alguns Sindicatos de tendências esquerdistas, propugnam pela mobilização da classe em torno do tema "LIBERDADE DE IMPRENSA" e combate a "CENSURA PRÉVIA".

b. A classe jornalística apoia o decreto-lei nº 972, que regulamentava a profissão. Houve divergências de opiniões no caso da exigência da folha corrida (atestado de antecedentes), contudo nada resolveram de definitivo, quanto a isto, no presente Congresso.

c. Depkoram que apesar da vigência do decreto-lei, ainda existe, tanto na atividade privada como na oficial, quem ignore ou finja ignorá-lo a fim de empregar elementos não qualificados ao exercício da profissão.

d. Unidos os jornalistas na reivindicação de supressão do item IV do Artigo 4º do decreto-lei nº 972 - Exigência quando do registro do profissional no Ministério do Trabalho, da declaração que o pretendente cumpriu estágio em empresa jornalística.

e. Ficou patente o repúdio da classe contra a ABI (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA) e seu representante no Congresso, que aqui veio com intenções de capitalizar o encontro, em torno de teses políticas. (Anexo nº 09).

f. Vitória da ala conservadora, que detém os cargos de direção da maioria dos Sindicatos, quando por ocasião da rejeição da proposta que objetivava vetar reeleição de membros da diretoria dos Sindicatos de Jornalistas, como também impedir acúmulo de cargos.

g. Que atualmente o ensino de Jornalismo nas Faculdades de Comunicação Social está desatualizado com a realidade nacional e com as necessidades do mercado de trabalho. Propugnam, os jorna-

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

(Continuação da INFO Nº 55/DOI/76 de 09 JUN 76.....fl 24)

listas, pela sua completa reforma.

h. Que os representantes do Sindicato de SÃO PAULO, inundaram o Congresso com exemplares do jornal UNIDADE, editado em Nov/75 pelo órgão da classe, e que além de ser desatualizado, só se referia ao suicídio de WLADIMIR HERZOG, visando com isso agitar o Congresso, revivendo tal assunto.

i. Que o presidente do CONTICOP, ALCEU PORTO CARRERO, foi reconhecido por esta AI, como sendo um dos elementos que aqui estiveram em 09 de Abril do corrente, quando da promoção pelo Centro Acadêmico VISCONDE DE MAUÁ, da palestra do jornalista CARLOS CHAGAS, prestigiando a "TARDE DE AUTÓGRAFOS" e lançamento do livro "RESISTIR É PRECISO".

j. Em síntese, o Congresso de Jornalistas realizado nesta Capital, primou pela aprovação de teses versando sobre reivindicações pertinentes à classe, evitando a aprovação das proposições mais exacerbadas sobre temas polêmicos como "CENSURA E LIBERDADE DE IMPRENSA" e outros de caráter político.

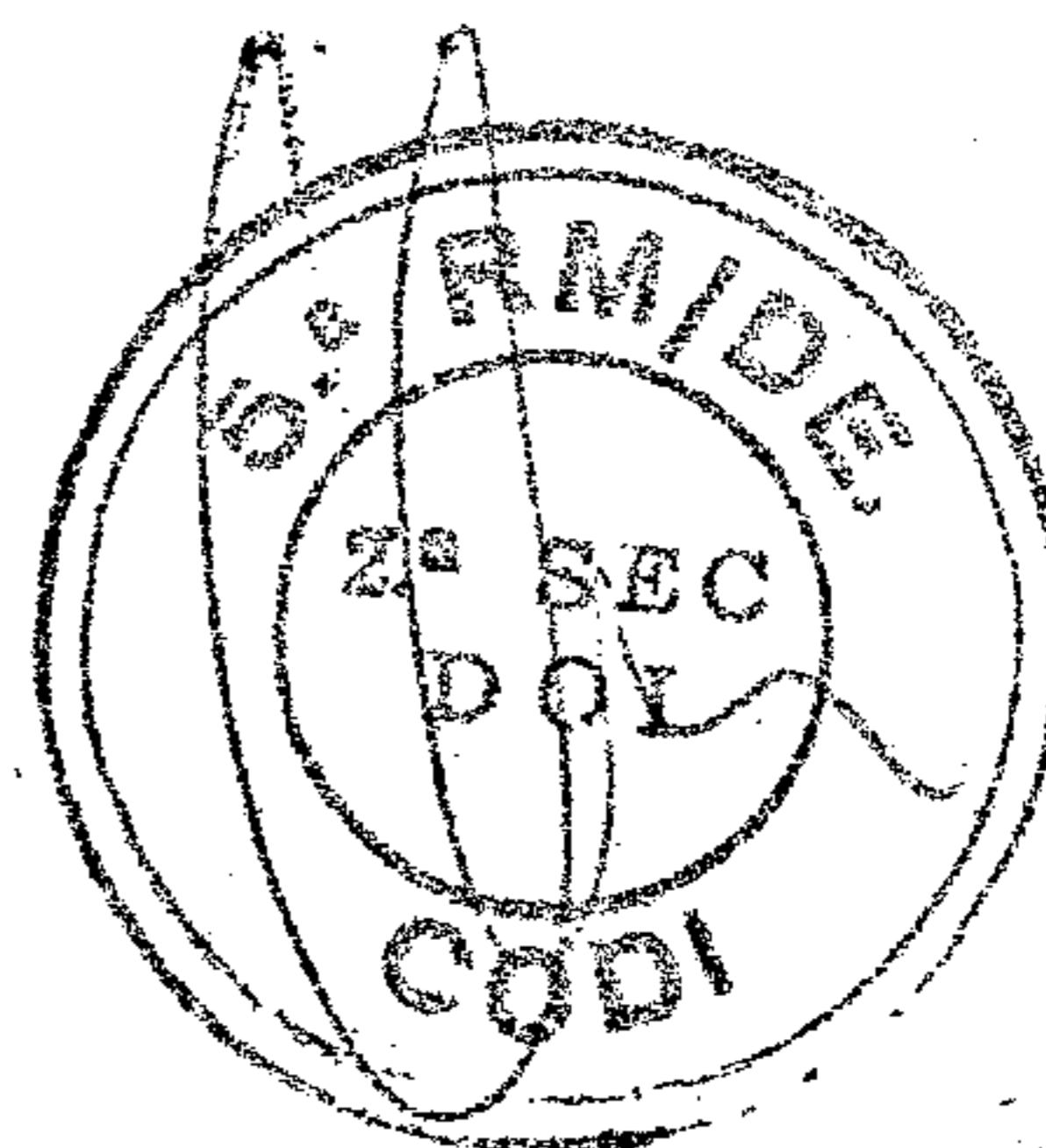
Tais assuntos, no entretanto, tendem a retornar aos temários de futuros conclaves de jornalistas.

X-X-X-X-X-X-X-X-X

X-X-X-X-X

X-X

X



CONFIDENCIAL

PT 332.39

Recorte de jornal

Fl. nº 25

Outro crime elucidado

Mais um latrocínio foi solucionado ontem por agentes da Delegacia de Furtos e Roubos, depois de dois meses e meio de investigações, das mais perfeitas já realizadas pela polícia paranaense. Trata-se do latrocínio de Jasmir Mendonça de Souza, ocorrido às primeiras horas da noite de vinte de março último, em sua residência, na Travessa Pontoni, seis, Cajuru.

O latrocida deixou, como pista, apenas um par de sapatos e, partindo dessa pista, os investigadores chegaram ao criminoso José Gomes da Silva, de vinte anos, que nunca teve passagem pela polícia, a não ser em uma ronda arrastão, efetuada pela própria delegacia, dias antes do crime.

Sua prisão preventiva foi pedida à justiça, ainda ontem.

O CRIME

Segundo declarações de José Gomes da Silva, "no dia do crime, eu cheguei em casa, na favela do Capanema, às dezesseis horas. Meu tio começou a me xingar, dizendo que eu tinha roubado trinta cruzeiros dele e eu tornei a sair de casa, muito chateado e sem rumo. Na travessa, eu entrei nessa casa, pela janela.

Estava com um revólver calibre 22, que havia comprado a pouco tempo. Tentei abrir a porta da cozinha, quando escutei o barulho de um carro, entrando na garagem e voltei para a janela".

A vítima, Jasmir Mendonça de Souza, acabava de chegar em sua residência com a família e notou algo estranho. Armou-se com um pedaço de madeira, no momento em que o ladrão colocou o rosto pela janela, para o lado de fora e detonou a primeira vez, sua arma, para cima. Jasmir, com o pedaço de madeira, enfrentou o ladrão quando esse pulou para o pátio.

Depois de alguns segundos, o ladrão fez uso da arma pela

segunda vez, atingindo a vítima no rosto e fugindo em seguida. Na fuga, esqueceu um par de sapatos. Os familiares das vítimas foram em seu socorro, mas nada pôde ser feito; Jasmir deu entrada no PSM, mas já estava morto.

INVESTIGAÇÕES

Apenas a esposa da vítima, tinha visto o ladrão de perto mas devido ao estado emocional no qual se encontrava na hora do fato, era difícil ter certeza, apenas por foto ou num reconhecimento, apontar o criminoso. Pelas características fornecidas por ela e pelo modo de operação do ladrão, os investigadores chegaram à conclusão de que poderia tratar-se de um elemento residente em uma favela.

Depois de alguns dias, os agentes Haroldo, Natel, Guimarães e Rodrigues, dirigidos pelo investigador Déia, vasculharam toda a favela do Capanema, sem encontrar muita novidade. Entretanto, depois de investigações mais minuciosas, descobriu-se que um dos suspeitos, que poderia ser o dono do par de sapatos, não estava em Curitiba, mas sim em uma cidade do Norte. Soube-se também que esse suspeito teria sido preso, dias antes do crime, por uma ronda arrastão e liberado posteriormente.

PRISÃO

Uma fotografia dos detidos na ronda arrastão, com o possível dono do sapato, foi solicitada dos arquivos de O ESTADO e Tribuna do Paraná. A esposa da vítima reconheceu, com algumas dúvidas, José Gomes da Silva, justamente o elemento, que, segundo investigações, poderia ser o dono do par de sapatos e que estava viajando.

Descoberta a cidade em que José estaria, Rolândia, o agente Miola foi mandado para investi-



O criminoso José Gomes da Silva.

gar. Depois de alguns dias, o policial contactou com parentes de José e soube que ele teria conseguido algum dinheiro com trabalho de campo e teria viajado, com destino ao Paraguai ou Curitiba. O agente, voltou, dando quase por encerrado, o caso.

Ao saber da estória, o superintendente Déia disse, sem pensar muito, que José teria voltado para Curitiba, com certeza. Foi montada uma campanha durante alguns dias, e, às primeiras horas da madrugada, o latrocida foi detido no interior de sua casa, na favela do Capanema. Ao ser preso, ele disse, "eu já sei porque estou preso; é pela morte do rapaz lá da Travessa Pontoni".

CONFISSÃO

Antes mesmo de chegar na

delegacia, José contou toda a estória para os agentes, e mandou-a posteriormente, sempre dizendo que não pretendia matar o homem, mas ficou afobado, na hora. "Eu só soube que ele tinha morrido, dois dias depois, quando li a "Tribuna"; daí eu fui para Rolândia buscar meu Certificado de Reservista e fiquei lá trabalhando uns dias. Consegui algum dinheiro e ia para o Paraguai, mas, na última hora, resolvi voltar para Curitiba".

Indiciado em inquérito, feito reconhecimento, encerrado o processo, foi pedida a prisão preventiva para o latrocida. Possivelmente hoje ele será encaminhado para o presídio, segundo informações da DFR, se a prisão for decretada.

Problema em outro ângulo

Oscar Milton Volpini

"Nada há de mais antipático do que a polícia, para quem ignora o andamento de uma atitude policial em relação aos menores", afirmou o delegado Daniel Paulo Issberner, titular da Delegacia de Proteção ao Menor. "Entretanto, quando a polícia age neste âmbito com responsabilidade, zelo, amor e eficiência, exerce função das mais nobres e de plena grandeza em favor da sociedade".

"O trabalho policial no que se refere a menores requer um tato fora do comum, para evitar que uma criança ou um adolescente crie de imediato um trauma psíquico extraordinariamente prejudicial para



o seu futuro", acrescentou o delegado, ao esclarecer sobre as atividades da DPM, que todos os dias recolhe "pivetes" das ruas e de outros locais, onde perambulam e causam desassossego e preocupação à comunidade.

UMA "CLÍNICA GERAL"

"Nossa delegacia é uma verdadeira clínica geral: atendemos desde a simples desobediência até o homicídio, estupro, assalto e, enfim, todas as demais infrações previstas em lei", revelou o titular da DPM. "Os débeis mentais e doentes são internados; restitue-se aos familiares os que se encontram perdidos ou fogem de casa; recambia-se os oriundos de outros Estados; providencia-se internamento aos abandonados; abre-se sindicâncias e processos especiais em torno de menores que ferem o direito de outrem". E completou: "Destarte, procuramos transformar a delegacia num local de triagem preliminar, dando à autoridade judiciária as condições mínimas de informações e até mesmo conclusões, sem medir esforços neste sentido, procurando as causas da desagregação da personali-

dos pais em dirigir o lar com autoridade, afetividade e trabalho, é fator exponencial que leva o menor à delinquência". afastamento do convívio social, até sua recuperação ou reeducação. Esta, evidentemente, é da alçada do IAM. "Quanto aos infratores eventuais, explicou que "surgem no momento em que as circunstâncias são criadas pelas próprias pessoas que serão as vítimas, as quais lhes dão oportunidade para tanto". Se as pessoas propiciarem maiores condições de segurança para suas casas ou seus veículos, segundo o delegado, não darão chance a esses menores de cometerem furto. "Assim, estarão colaborando consigo próprias e com os próprios menores e também com as autoridades".

META

"Sendo o menor uma das fontes vitais da nação, todo o nosso esforço no sentido de sua recuperação é fator imprescindível para atingirmos a meta que objetivamos", prosseguiu o delegado Issberner, ao revelar o que vem sendo feito nesse sentido. "Evidentemente, para atingirmos

Civil, IAM e do próprio Poder Judiciário. Assim sendo, preocupamo-nos pelas camisas e camisetas de pelúcia, toalhas, sabonetes, curativos de emergência, etc. Tem recebido, na delegacia, religiosos, psicólogos, assistentes sociais, estudantes e damas de nossa sociedade, todos interessados em colaborar. Mas não tínhamos um local adequado para um diálogo franco entre os visitantes e menor. Então instalamos um modesta sala para esses encontros, e, também, a usamos para reuniões com familiares dos menores, por um diálogo franco, procurando solucionar o contexto familiar".

O titular da DPM, ao concluir, frisou que existem inúmeros fatores que favorecem o surgimento do menor infrator. "Considero o de maior importância o desajuste familiar. Aliás, é um fator que aflige o século. Todos os estadistas vem procurando proporcionar as causas do desmoronamento da família, sem que até o presente momento tenham derimido este grande problema. Nós, obviamente por razão do cargo que

22, que havia comprado a pouco tempo. Tentei abrir a porta da cozinha, quando escutei o barulho de um carro, entrando na garagem e voltei para a janela”.

A vítima, Jasmir Mendonça de Souza, acabava de chegar em sua residência com a família e notou algo estranho. Armou-se com um pedaço de madeira, no momento em que o ladrão colocou o rosto pela janela, para o lado de fora e detonou a primeira vez, sua arma, para cima. Jasmir, com o pedaço de madeira, enfrentou o ladrão quando esse pulou para o pátio.

Depois de alguns segundos, o ladrão fez uso da arma pela

PRISÃO

Uma fotografia dos detidos na ronda arrastão, com o possível dono do sapato, foi solicitada dos arquivos de O ESTADO e Tribuna do Paraná. A esposa da vítima reconheceu, com algumas dúvidas, José Gomes da Silva, justamente o elemento, que, segundo investigações, poderia ser o dono do par de sapatos e que estava viajando.

Descoberta a cidade em que José estaria, Rolândia, o agente Miola foi mandado para investi-

cial contactou com parentes de José e soube que ele teria conseguido algum dinheiro com trabalho de campo e teria viajado, com destino ao Paraguai ou Curitiba. O agente, voltou, dando quase por encerrado, o caso.

Ao saber da estória, o superintendente Déia disse, sem pensar muito, que José teria voltado para Curitiba, com certeza. Foi montada uma campanha durante alguns dias, e, às primeiras horas da madrugada, o latrocinador foi detido no interior de sua casa, na favela do Capanema. Ao ser preso, ele disse, “eu já sei porque estou preso; é pela morte do rapaz lá da Travessa Pontoni”.

CONFISSÃO

Antes mesmo de chegar na

estória para os agentes, com o mando-a posteriormente, sem, dizendo que não pretendia matar o homem, mas ficou afobado, r hora. “Eu só soube que ele tinha morrido, dois dias depois, quando li a “Tribuna”; daí eu fui para Rolândia buscar meu Certificado de Reservista e fiquei lá trabalhando uns dias. Consegui algum dinheiro e ia para o Paraguai, mas, na última hora, resolvi voltar para Curitiba”.

Indiciado em inquérito, feito reconhecimento, encerrado o processo, foi pedida a prisão preventiva para o latrocinador. Possivelmente hoje ele será encaminhado para o presídio, segundo informações da DFR, se a prisão for decretada.

Problema em outro ângulo

Oscar Milton Volpini

“Nada há de mais antipático do que a polícia, para quem ignora o andamento de uma atitude policial em relação aos menores”, afirmou o delegado Daniel Paulo Issberner, titular da Delegacia de Proteção ao Menor. “Entretanto, quando a polícia age neste âmbito com responsabilidade, zelo, amor e eficiência, exerce função das mais nobres e de plena grandeza em favor da sociedade”.

“O trabalho policial no que se refere a menores requer um tato fora do comum, para evitar que uma criança ou um adolescente crie de imediato um trauma psíquico extraordinariamente prejudicial para

o seu futuro”, acrescentou o delegado, ao esclarecer sobre as atividades da DPM, “que todos os dias recolhe “pivetes” das ruas e de outros locais, onde perambulam e causam desassossego e preocupação à comunidade.

UMA “CLÍNICA GERAL”

“Nossa delegacia é uma verdadeira clínica geral: atendemos desde a simples desobediência até o homicídio, estupro, assalto e, enfim, todas as demais infrações previstas em lei”, revelou o titular da DPM. “Os débeis mentais e doentes são internados; restitue-se aos familiares os que se encontram perdidos ou fogem de casa; recambia-se os oriundos de outros Estados; providencia-se internamento aos abandonados; abre-se sindicâncias e processos especiais em torno de menores que ferem o direito de outrem”. E completou: “Destarte, procuramos transformar a delegacia num local de triagem preliminar, dando à autoridade judiciária as condições mínimas de informações e até mesmo conclusões, sem medir esforços neste sentido, procurando as causas da desagregação da personalidade do menor”.

O delegado Issberner frisou, a seguir, que “procuramos constantemente desenvolver nossas atividades em perfeito e harmonioso entrosamento com o Instituto de Assistência ao Menor, o Juizado de Menores e a Vara de Família”.

INFRATORES

“É necessário distinguirmos os dois tipos fundamentais de infratores: os habituais e os eventuais”, prosseguiu o titular da DPM. “Os infratores habituais são os que mais nos preocupam, e em razão disso procuramos fornecer subsídios suficientes ao Juizado de Menores, para o seu higiene, pela alimentação, pelos agasalhos, tais como

dos pais em dirigir o lar com autoridade, afetividade e trabalho, é fator exponencial que leva o menor à delinquência”. afastamento do convívio social, até sua recuperação ou reeducação. Esta, evidentemente, é da alçada do IAM. “Quanto aos infratores eventuais, explicou que “surtem no momento em que as circunstâncias são criadas pelas próprias pessoas que serão as vítimas, as quais lhes dão oportunidade para tanto”. Se as pessoas propiciarem maiores condições de segurança para suas casas ou seus veículos, segundo o delegado, não darão chance a esses menores de cometerem furto. “Assim, estarão colaborando consigo próprias e com os próprios menores e também com as autoridades”.

META

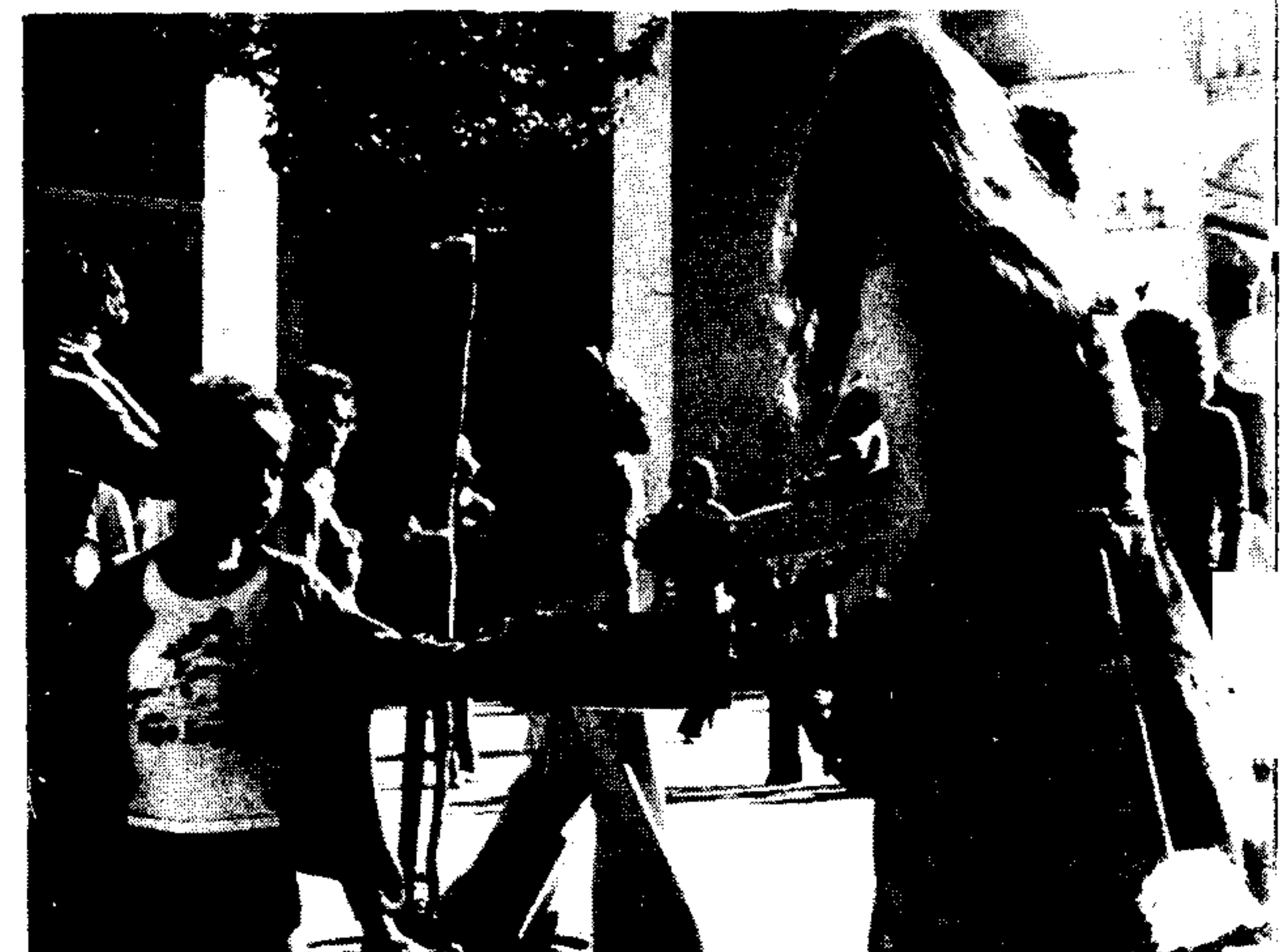
“Sendo o menor uma das fontes vitais da nação, todo o nosso esforço no sentido de sua recuperação é fator imprescindível para atingirmos a meta que objetivamos”, prosseguiu o delegado Issberner, ao revelar o que vem sendo feito nesse sentido. “Evidentemente, para atingirmos nossa meta, dependemos da colaboração de vários órgãos da administração pública, e é efetivamente o que obtivemos através da Diretoria da Poli-

Civil, IAM e do próprio Poder Judiciário. Assim sendo, preocupamo-nos pelas camisas e camisetas de pelúcia, toalhas, sabonetes, curativos de emergência, etc. Temos recebido, na delegacia, religiosos, psicólogos, assistentes sociais, estudantes e damas da nossa sociedade, todos interessados em colaborar. Mas não tínhamos um local adequado para um diálogo franco entre os visitantes e o menor. Então instalamos uma modesta sala para esses encontros, e, também, a usamos para reuniões com os familiares dos menores, para um diálogo franco, procurando solucionar o contexto familiar”.

O titular da DPM, ao concluir, frisou que existem inúmeros fatores que favorecem o surgimento do menor infrator. “Considero o de maior importância o desajuste familiar. Aliás, é um fator que aflige o século. Todos os estadistas vem procurando pesquisar as causas do desmoronamento da família, sem que até o presente momento consigam derimir este grande problema. Nós, obviamente, por razão do cargo que exercemos, vimos pesquisando diuturnamente as causas que determinam ao jovem ingressar no caminho do crime. Sentimos que a incapacidade



Os vícios são adquiridos muito cedo.



A esmola fácil serve de estímulo para que o garoto deixe de procurar uma profissão. E o povo é generoso, esquecendo-se de estar contribuindo para a delinquência.



46

Jornalista encerra congresso

Com uma sessão solene, foi encerrado ontem à noite o Congresso Nacional de Jornalistas Profissionais, que reuniu em Curitiba mais de trezentos participantes. O conclave atingiu todos seus objetivos.

Prato no Congresso

Com a aprovação da "Carta de Princípios de Curitiba", encerrou-se, na noite de ontem, o XVI Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais, que durante três dias reuniu na Capital paranaense mais de 300 participantes de todos os Estados brasileiros, para estudar, analisar e apresentar soluções para os problemas estritamente ligados à categoria, tais como o Decreto Lei 972 e suas implicações: salário, emprego e assistência; formação profissional, a Federação e sua atuação e o livre exercício da profissão.

Os congressistas passaram o dia de ontem, discutindo e aprovando os relatórios das diversas comissões, assim como avaliando os resultados desse encontro. Pelo número de proposições aprovadas, que agora serão encaminhadas às autoridades para as devidas providências, os participantes chegaram a um consenso geral de que o XVI Congresso

Nacional da classe foi altamente proveitoso e poderá representar sensíveis melhorias para a categoria e para a própria imprensa brasileira. Na sessão de encerramento, realizada às 20 horas, falaram os jornalistas Bernardo Almeida, de Manaus, pela região Norte e Arnaldo Ramos, de Brasília, pela Região Centro-Sul. Os dois destacaram a objetividade do congresso e a atuação dos participantes, ressaltando a presença de grande número de estudantes de comunicação social que durante os três dias acompanharam e atuaram com vivo interesse.

O RESULTADO

Estas foram as proposições aprovadas pelo XVI Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais que agora serão encaminhadas às autoridades competentes, para serem transformadas em medidas que venham realmente atender aos objetivos da classe.

DECRETO 972

Decidiu que o Congresso deve dirigir-se ao Ministério das Comunicações, reiterando posição que já fora firmada pela Federação e Sindicatos filiados, contrária à reivindicação dos radiodifusores do Sul. Entendeu a Comissão que é importante enfatizar que os jornalistas não encontram a menor justificativa para o que pretendem os filiados à ABERT (a contratação de leigos para o exercício do jornalismo em cidades com menos de 100 mil habitantes ou quando a emissora tiver menos de 10 kw de potência), embora já se tenha conhecimento, oficiosamente, que o Ministério das Comunicações não concorda com aquela pretensão; foi aprovada indicação da Delegação de Minas Gerais, sugerindo que Sindicatos de Jornalistas de todo o País - realizando um efetivo controle - substituam anualmente as carteiras de seus associados e que à as mesmas, no futuro, sejam consagradas como o único documento de identidade profissional do jornalista.

A exigência do atestado de antecedentes, em alguns casos, tem criado problemas para os profissionais que requerem registro profissional junto ao Ministério do Trabalho. Examinando tese do Sindicato do Distrito Federal, a Comissão julgou aconselhável que a questão fosse encaminhada à Federação para estudos junto ao Ministério do Trabalho. Havia uma outra proposta sugerindo que se licitasse a supressão da exigência do atestado de antecedentes, no final, submetidas à votação, saiu vencedora, por 10 votos a três, a que se inclinava pelo encaminhamento da tese à Federação.

SALÁRIO E EMPREGO

1) Que seja intensificada, a nível nacional, a luta pelo estabelecimento de um piso profissional equivalente a seis vezes o salário mínimo regional para os jornalistas registrados e cinco vezes o salário mínimo regional para os estagiários, obedecendo a regulamentação de 972.

Que seja criada uma comissão específica junto à Federação Nacional dos Jornalistas, formada por três jornalistas profissionais militantes na imprensa de Brasília, para encaminhar a proposta às autoridades competentes do Executivo e do Legislativo e acompanhar os entendimentos até definitiva solução, devendo, a Federação proceder a oficialização dessa comissão no prazo de 30 dias e manter os Sindicatos informados de suas atividades e gestões;

— Que os Sindicatos promovam a mobilização da categoria em defesa desse direito - por meio de assembleias e outras formas de manifestação legítimas - pois acreditamos que a atuação das bases é fundamental para que os poderes constituídos reconheçam a necessidade de instituir o salário profissional para a nossa categoria;

— Que os Sindicatos estudem a possibilidade de ajuizarem dissídios de natureza jurídica para pleitearem das entidades patronais o salário profissional.

DIREITO AUTORAL

— Aprovar a moção apresentada pelo Sindicato de Porto Alegre, no "sentido de que todos os congressistas solicitem a seus Sindicatos de classe que ajuizem dissídio coletivo de natureza jurídica ou negociem diretamente com as empresas jornalísticas a fim de que os jornalistas tenham direito a perceber adicional de remuneração no percentual de 80% por reprodução de seu trabalho, por outro órgão de divulgação que não aquele a que está diretamente ligado;

— Incluir, como subsídio, para melhor fundamentação da moção aprovada a tese apresentada pelo Sindicato do Paraná, que trata do "aperfeiçoamento legal quanto ao pagamento de adicional".

APOSENTADORIA

Aprovar a tese apresentada pelo Sindicato de São Paulo, no sentido de que seja encaminhado às autoridades constituídas o pedido de revisão das rendas mensais dos jornalistas aposentados entre 1959 e 1973, que foram prejudicados, em seus direitos, pelo decreto 46.055, de 19 de maio de 1959;

ADICIONAL QUINQUENAL

Aprovar a tese apresentada pelo Sindicato de Goiás, no sentido de se obter a concessão de um adicional de 10%, por quinquênio, sobre o salário, ao jornalista profissional que conta com mais de cinco anos de serviço, com o seguinte adendo, relativo ao encaminhamento:

1 - Que a Federação Nacional dos Jornalistas promova gestões junto ao Congresso Nacional para que essa reivindicação seja transformada em lei;

2 - Que todos os sindicatos da categoria promovam, no âmbito de suas respectivas bases territoriais, contratos coletivos de trabalho objetivando a concessão do adicional;

para que realize um censo da categoria, no sentido de se aperfeiçoar o cumprimento do decreto 972;

PARTICIPAÇÃO

Aprovar a recomendação do Sindicato de Santa Catarina dirigida à Federação Nacional dos Jornalistas e aos sindicatos da categoria para que estudem as formas de aproveitamento do artigo 164, da Constituição, que prevê a participação dos empregados nas empresas, na sua gestão e lucros.

SITUAÇÃO DO PROFISSIONAL

— Aceitar os trabalhos apresentados pelos Sindicatos do Paraná e de Pernambuco sobre a precária situação profissional e salarial dos jornalistas nos respectivos Estados para que constem dos anuais do congresso e sejam divulgados aos demais sindicatos;

— Rejeitar as teses apresentadas pelos sindicatos de Goiás e Distrito Federal, sobre reajuste salarial e direito autoral, respectivamente, por terem sido prejudicadas;

— Aceitar a sugestão do Sindicato do Paraná de que o relacionamento jornalista-assessoria de imprensa seja incluído no temário do próximo encontro nacional da categoria;

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1) Que sejam imediatamente criadas comissões de estudo em cada Sindicato formadas por profissionais, estudantes e professores de Comunicação, com o objetivo de promover o debate em torno da redefinição do ensino de jornalismo, tendo em vista a sua adequação à realidade nacional e às necessidades do mercado de trabalho.

a) os membros da comissão serão escolhidos: os jornalistas pela diretoria do seu sindicato; os professores pela Congregação de sua escola e os estudantes pela assembleia de alunos.

b) a comissão será formada por 3 jornalistas, um professor e um estudante de cada escola, onde está instalada a sede do Sindicato.

c) as conclusões dos estudos deverão ser levadas às assembleias das classes interessadas para debate e aprovação.

2) O trabalho das comissões começará a partir do anteprojeto de Currículo Mínimo para os Cursos de Comunicação Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação - ABEP.

a) A Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais solicitará, no prazo de 15 dias, cópias do anteprojeto à ABEP para serem enviadas a todos os sindicatos e as suas respectivas comissões.

3) Essas comissões, além de apresentar um anteprojeto de currículo, farão também um esboço de programa para as disciplinas.

4) Caberá ainda às comissões analisar a realidade das escolas de Jornalismo e Comunicação de sua região, tendo em vista a perspectiva histórica que determinou esta situação e examinando, ao mesmo tempo, os estudos e discussões que vêm sendo desenvolvidas na América Latina e em outras partes.

5) Como subsídios às comissões, os sindicatos devem editar textos importantes de autores nacionais e estrangeiros, com os publicados pelo Ciespa para que elas situem melhor a função do jornalista e dos meios de comunicação na sociedade.

a) estes textos poderão se autofinanciar pela venda dos exemplares a jornalistas, estudantes e professores,

b) os textos devem ser intercambiados entre as comissões.

6) As comissões apresentarão suas conclusões na próxima Conferência Nacional, a ser realizada em Manaus, em 1977.

II DOS CURSOS

Pelo fato de que os cursos de Comunicação não tem formado profissionais que supram a necessidade do mercado de trabalho, em função das deficiências do ensino, da desatualização dos professores e da precariedade de equipamentos e laboratórios.

1) Que a FNJP consiga junto ao MEC a obrigatoriedade de as escolas promoverem periodicamente cursos de reciclagem para seus professores, visando a sua atualização em relação a métodos pedagógicos, técnicos e didáticos, bem como para incentivá-los a um aprofundamento em suas disciplinas específicas.

2) Que a FNJP e os Sindicatos, através de suas comissões, examinem os programas, carga horária e os docentes das disciplinas de formação, cultural e técnica, denunciando as irregularidades ao MEC.

3) Que a FNJP insista junto ao MEC para que haja uma melhor fiscalização das escolas de Comunicação, a fim de se verificar a existência de laboratórios e equipamentos necessários aos estágios e

cam os atestados probatórios de estágio para o aluno que estiver apto a ingressar no mercado profissional.

b) Que o MEC determine, também, às Universidades que nas suas assessorias e veículos de comunicação social só trabalhem profissionais habilitados, estudantes e egressos dos cursos de Comunicação.

2) Que os Sindicatos fiscalizem o cumprimento da 972 evitando que as empresas contratem estagiários não habilitados, fora dos critérios estabelecidos pelo referido decreto.

a) Que a FNJP e os Sindicatos continuem a sua luta pela extinção do estágio em empresas jornalísticas e assessorias e pela expedição do registro profissional assim que o aluno se formar, com a apresentação do diploma ou atestado de conclusão de curso.

IV DO PROFISSIONAL

1) Que os sindicatos promovam cursos, simpósios e conferências para os seus associados, com apoio da FNJP convidando para os debates professores e jornalistas militantes em rádio, jornal e televisão. Essas promoções devem ser sempre abertas à participação dos estudantes.

FEDERAÇÃO E SUA ATUAÇÃO

1. Rejeitar, por unanimidade, proposição do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Pará, visando a criação de 4 (quatro) federações regionais, aprovando substitutivo de São Paulo e Santa Catarina, no sentido de que se busquem os meios de fortalecimento da Federação Nacional dos Jornalistas, partindo-se de escolha seletiva dos dirigentes sindicais, dinamização do núcleo de Brasília da Federação e atuação dos Sindicatos.

2. Aprovar sugestão do representante da ABI para que sejam colocadas em funcionamento as Comissões de Estudos "por assuntos", de âmbito regional.

3. Aprovar proposta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, recomendando à Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais orientação clara e objetiva aos Sindicatos sobre interpretações relativas ao exercício e fiscalização profissionais.

4. Aprovar sugestão do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná para que a Federação oriente os Sindicatos sobre condições ideais para cobrança da contribuição sindical.

5. Aprovar proposição do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná para que a Federação exija dos Sindicatos relatórios periódicos sobre suas atividades, divulgando no Boletim Oficial os mais atuantes e os omissos. Recomendar aos sindicatos o encaminhamento à FNJP de cópia dos relatórios anuais enviados ao Ministério do Trabalho, como determina a legislação.

6. Aprovar sugestão do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina, ratificada na Primeira Semana Catarinense de Jornalismo, considerando a Federação única e indivisível e propondo, para seu fortalecimento e integração da classe e dirigentes sindicais, a realização de Encontros Regionais preparatórios para os Congressos e Conferências Nacionais.

7. Rejeitar proposta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, visando a definir, legalmente, proibição para segunda reeleição nas entidades sindicais e vetando acumulação de cargos nas entidades de classe; aprovado substitutivo de S. Paulo, para que o dispositivo seja incluído nos Estatutos dos Sindicatos, independentemente da aprovação de lei especial.

8. Aprovar indicação de São Paulo para que os Sindicatos, a Federação e entidades de classe apoiem as iniciativas dos jornalistas do interior.

9. Rejeitar proposta de criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação, sugerida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro.

10. Aprovar indicação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal para que a Federação nacional realize ampla divulgação de suas atribuições legais e área de competência, orientando Sindicatos e jornalistas.

11. Receber documento do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais sobre valorização profissional, recomendando-os aos participantes do Congresso.

EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

1 - Aprovou, por unanimidade, a moção apresentada pela delegação de São Paulo, em que se pede aos Poderes Legislativo e Executivo a rejeição de substitutivo que confere poderes de censura aos Juizes de Menores. A medida está contida em dispositivos introduzidos no Projeto n.º 105/74, de autoria

corda com aquela pretensão; foi aprovada indicada Delegação de Minas Gerais, sugerindo que Sindicatos de Jornalistas de todo o País - realizando um efetivo controle - substituam anualmente as carteiras de seus associados e que à as mesmas, no futuro, sejam consagradas como o único documento de identidade profissional do jornalista.

A exigência do atestado de antecedentes, em alguns casos, tem criado problemas para os profissionais que requerem registro profissional junto ao Ministério do Trabalho. Examinando tese do Sindicato do Distrito Federal, a Comissão julgou aconselhável que a questão fosse encaminhada à Federação para estudos junto ao Ministério do Trabalho. Havia uma outra proposta sugerindo que se licitasse a supressão da exigência do atestado de antecedentes, no final, submetidas à votação, saiu vencedora, por 10 votos a três, a que se inclinava pelo encaminhamento da tese à Federação.

SALÁRIO E EMPREGO

1) Que seja intensificada, a nível nacional, a luta pelo estabelecimento de um piso profissional equivalente a seis vezes o salário mínimo regional para os jornalistas registrados e cinco vezes o salário mínimo regional para os estagiários, obedecendo a regulamentação de 972.

Que seja criada uma comissão específica junto à Federação Nacional dos Jornalistas, formada por três jornalistas profissionais militantes na imprensa de Brasília, para encaminhar a proposta às autoridades competentes do Executivo e do Legislativo e acompanhar os entendimentos até definitiva solução, devendo, a Federação proceder a oficialização dessa comissão no prazo de 30 dias e manter os Sindicatos informados de suas atividades e gestões;

— Que os Sindicatos promovam a mobilização da categoria em defesa desse direito - por meio de assembleias e outras formas de manifestação legítimas - pois acreditamos que a atuação das bases é fundamental para que os poderes constituídos reconheçam a necessidade de instituir o salário profissional para a nossa categoria;

— Que os Sindicatos estudem a possibilidade de ajuzarem dissídios de natureza jurídica para pleitearem das entidades patronais o salário profissional.

DIREITO AUTORAL

— Aprovar a moção apresentada pelo Sindicato de Porto Alegre, no "sentido de que todos os congressistas solicitem a seus Sindicatos de classe que ajuzem dissídio coletivo de natureza jurídica ou negociem diretamente com as empresas jornalísticas a fim de que os jornalistas tenham direito a perceber adicional de remuneração no percentual de 80% por reprodução de seu trabalho, por outro órgão de divulgação que não aquele a que está diretamente ligado;

— Incluir, como subsídio, para melhor fundamentação da moção aprovada a tese apresentada pelo Sindicato do Paraná, que trata do "aperfeiçoamento legal quanto ao pagamento de adicional".

APOSENTADORIA

Aprovar a tese apresentada pelo Sindicato de São Paulo, no sentido de que seja encaminhado às autoridades constituídas o pedido de revisão das rendas mensais dos jornalistas aposentados entre 1959 e 1973, que foram prejudicados, em seus direitos, pelo decreto 46.055, de 19 de maio de 1959;

ADICIONAL QUINQUENAL

Aprovar a tese apresentada pelo Sindicato de Goiás, no sentido de se obter a concessão de um adicional de 10%, por quinquênio, sobre o salário, ao jornalista profissional que conta com mais de cinco anos de serviço, com o seguinte adendo, relativo ao encaminhamento:

1 - Que a Federação Nacional dos Jornalistas promova gestões junto ao Congresso Nacional para que essa reivindicação seja transformada em lei;

2 - Que todos os sindicatos da categoria promovam, no âmbito de suas respectivas bases territoriais, contratos coletivos de trabalho objetivando a concessão do adicional;

ASSISTÊNCIA

Aprovar, por unanimidade, a tese apresentada pelo Sindicato de Minas Gerais que recomenda à Federação Nacional dos Jornalistas e aos sindicatos da categoria que, "unindo-se às demais federações de trabalhadores, não se permita que o movimento sindical seja desviado de suas finalidades com a adoção de convênios com o INPS, uma vez que, de acordo com a sistemática em vigor, a assistência médica, farmacêutica, e social ao trabalhador é competência exclusiva do Poder Público".

CENSO

Aprovar a recomendação do Sindicato de Alagoas dirigida a Federação Nacional dos Jornalistas,

respectivos Estados para que constem dos anuais do congresso e sejam divulgados aos demais sindicatos;

Rejeitar as teses apresentadas pelos sindicatos de Goiás e Distrito Federal, sobre reajuste salarial e direito autoral, respectivamente, por terem sido prejudicadas;

— Aceitar a sugestão do Sindicato do Paraná de que o relacionamento jornalista-assessoria de imprensa seja incluído no temário do próximo encontro nacional da categoria;

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1) Que sejam imediatamente criadas comissões de estudo em cada Sindicato formadas por profissionais, estudantes e professores de Comunicação, com o objetivo de promover o debate em torno da redefinição do ensino de jornalismo, tendo em vista a sua adequação à realidade nacional e às necessidades do mercado de trabalho.

a) os membros da comissão serão escolhidos: os jornalistas pela diretoria do seu sindicato; os professores pela Congregação de sua escola e os estudantes pela assembleia de alunos.

b) a comissão será formada por 3 jornalistas, um professor e um estudante de cada escola, onde está instalada a sede do Sindicato.

c) as conclusões dos estudos deverão ser levadas às assembleias das classes interessadas para debate e aprovação.

2) O trabalho das comissões começará a partir do anteprojeto de Currículo Mínimo para os Cursos de Comunicação Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação - ABEPC.

a) A Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais solicitará, no prazo de 15 dias, cópias do anteprojeto à ABEPC para serem enviadas a todos os sindicatos e as suas respectivas comissões.

3) Essas comissões, além de apresentar um anteprojeto de currículo, farão também um esboço de programa para as disciplinas.

4) Caberá ainda às comissões analisar a realidade das escolas de Jornalismo e Comunicação de sua região, tendo em vista a perspectiva histórica que determinou esta situação e examinando, ao mesmo tempo, os estudos e discussões que vêm sendo desenvolvidas na América Latina e em outras partes.

5) Como subsídios às comissões, os sindicatos devem editar textos importantes de autores nacionais e estrangeiros, com os publicados pelo Ciespa para que elas situem melhor a função do jornalista e dos meios de comunicação na sociedade.

a) estes textos poderão se autofinanciar pela venda dos exemplares a jornalistas, estudantes e professores,

b) os textos devem ser intercambiados entre as comissões.

6) As comissões apresentarão suas conclusões na próxima Conferência Nacional, a ser realizada em Manaus, em 1977.

II DOS CURSOS

Pelo fato de que os cursos de Comunicação não tem formado profissionais que supram a necessidade do mercado de trabalho, em função das deficiências do ensino, da desatualização dos professores e da precariedade de equipamentos e laboratórios.

1) Que a FNJP consiga junto ao MEC a obrigatoriedade de as escolas promoverem periodicamente cursos de reciclagem para seus professores, visando a sua atualização em relação a métodos pedagógicos, técnicos e didáticos, bem como para incentivá-los a um aprofundamento em suas disciplinas específicas.

2) Que a FNJP e os Sindicatos, através de suas comissões, examinem os programas, carga horária e os docentes das disciplinas de formação, cultural e técnica, denunciando as irregularidades ao MEC.

3) Que a FNJP insista junto ao MEC para que haja uma melhor fiscalização das escolas de Comunicação, a fim de se verificar a existência de laboratórios e equipamentos necessários aos estágios e treinamento dos alunos. Entre os equipamentos e laboratórios devem constar: sala de redação com tantas máquinas de escrever quanto forem os alunos das turmas, laboratório fotográfico, laboratório e estúdio de cinema, estúdio de rádio e TV, biblioteca especializada, hemeroteca e jornal laboratório.

III - DOS ESTÁGIOS

1) Que o estágio realizado pelos estudantes nos laboratórios das escolas seja reconhecido como estágio profissional, para efeito de registro - tanto de estagiário, como profissional - no Ministério do Trabalho.

a) Que o MEC determine às escolas que só expe-

tua para realização de estágios em escolas de jornalismo e assessorias e pela expedição do registro profissional assim que o aluno se formar, com a apresentação do diploma ou atestado de conclusão de curso.

IV DO PROFISSIONAL

1) Que os sindicatos promovam cursos, simpósios e conferências para os seus associados, com apoio da FNJP convidando para os debates professores e jornalistas militantes em rádio, jornal e televisão. Essas promoções devem ser sempre abertas à participação dos estudantes.

FEDERAÇÃO E SUA ATUAÇÃO

1. Rejeitar, por unanimidade, proposição do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná, visando a criação de 4 (quatro) federações regionais, aprovando substitutivo de São Paulo e Santa Catarina, no sentido de que se busquem os meios de fortalecimento da Federação Nacional dos Jornalistas, partindo-se de escolha seletiva dos dirigentes sindicais, dinamização do núcleo de Brasília da Federação e ativação dos Sindicatos.

2. Aprovar sugestão do representante da ABI para que sejam colocadas em funcionamento as Comissões de Estudos "por assuntos", de âmbito regional.

3. Aprovar proposta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, recomendando à Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais orientação clara e objetiva aos Sindicatos sobre interpretações relativas ao exercício e fiscalização profissionais.

4. Aprovar sugestão do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná para que a Federação oriente os Sindicatos sobre condições ideais para cobrança da contribuição sindical.

5. Aprovar proposição do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná para que a Federação exija dos Sindicatos relatórios periódicos sobre suas atividades, divulgando no Boletim Oficial os mais atuantes e os omissos. Recomendar aos sindicatos o encaminhamento à FNJP de cópia dos relatórios anuais enviados ao Ministério do Trabalho, como determina a legislação.

6. Aprovar sugestão do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina, ratificada na Primeira Semana Catarinense de Jornalismo, considerando a Federação única e indivisível e propondo, para seu fortalecimento e integração da classe e dirigentes sindicais, a realização de Encontros Regionais preparatórios para os Congressos e Conferências Nacionais.

7. Rejeitar proposta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, visando a definir, legalmente, proibição para segunda reeleição nas entidades sindicais e vetando acumulação de cargos nas entidades de classe; Aprovado substitutivo de S. Paulo, para que o dispositivo seja incluído nos Estatutos dos Sindicatos, independentemente da aprovação de lei especial.

8. Aprovar indicação de São Paulo para que os Sindicatos, a Federação e entidades de classe apoiem as iniciativas dos jornalistas do interior.

9. Rejeitar proposta de criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação, sugerida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro.

10. Aprovar indicação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal para que a Federação nacional realize ampla divulgação de suas atribuições legais e área de competência, orientando Sindicatos e jornalistas.

11. Receber documento do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais sobre valorização profissional, recomendando-os aos participantes do Congresso.

EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

1 - Aprovar, por unanimidade, a moção apresentada pela delegação de São Paulo, em que se pede aos Poderes Legislativo e Executivo a rejeição de substitutivo que confere poderes de censura aos Juizes de Menores. A medida está contida em dispositivos introduzidos no Projeto n.º 105/74, de autoria do senador Nelson Carneiro, que altera o Código de Menores.

2 - Também por unanimidade foi aprovada a tese apresentada pela delegação de São Paulo, na forma de substitutivo, sobre o título "Censura e Liberdade de Imprensa". A tese aprovada propõe a mobilização da classe na luta pela liberdade de imprensa, desde as redações até a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais.

3 - A comissão aprovou declaração de princípios do XVI Congresso dos Jornalistas Profissionais, apresentada pela delegação de Minas Gerais proclamando que a "liberdade de dizer e publicar o que se pensa é um direito do povo".

Painel Sindical agrada e será obrigatório

Durante as sessões plenárias de ontem, os participantes do XVI Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais aprovaram diversas moções de aplausos a autoridades e empresas jornalísticas, uma inclusive de referências elogiosas a presidência do encontro. A primeira pessoa do presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, jornalista Ayrton Baptista. Uma outra, apresentada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, incluiu, como parte obrigatória, em todas as conferências nacionais da classe, o Painel Sindical, inovação criada pelo Paraná, e apresentada pela primeira vez durante o XVI Congresso.

O pedido de São Paulo, segundo o presidente daquele Sindicato, Audálio Dantas teve por princípio tornar uma norma essa iniciativa que obteve grande sucesso pela primeira vez apresentada em encontro nacional. "Pelo que podemos observar, o Painel Sindical é uma oportunidade valiosa para que sejam tratados problemas práticos que afetam a categoria", ressaltou Audálio Dantas para acrescentar que ele é mais importante do que a elaboração de teses, que por mais bem feitas e fundamentadas, nem sempre encontram aplicação prática.

A IMPORTÂNCIA

— O Painel Sindical é importante,

principalmente pela troca de informações e experiências entre os inúmeros sindicatos. É uma oportunidade para que todas as delegações participantes façam uma aferição de sua atuação em suas respectivas áreas", lembrou o presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Audálio

quer que a partir de agora seja destinado um dia inteiro de cada encontro nacional ao Painel Sindical e não apenas minutos. Como exemplo de sua validade, o jornalista Audálio Dantas disse que pela exposição das delegações chegou-se a conclusão por exemplo que o Sindicato de Minas Gerais

apresentou um verdadeiro programa do que deve ser um sindicato. "Mas verificamos, por outro lado, que outros ainda permanecem presos a idéias de que uma entidade sindical existe só preocupada com problemas e aspectos considerados apenas acessórios, isto, é assistência social, recreação, etc. Os sindicatos têm condições e devem cumprir sua verdadeira finalidade, qual seja encaminhar, como questão fundamental, as reivindicações de natureza trabalhista e em defesa de seus representantes, em qualquer circunstâncias.

Ele garante que todos os princípios e objetivos pelas quais a legislação sindical foi instituída são possíveis de serem alcançados, "dentro da lei e da legitimidade". Como exemplo, citou a conquista de seu sindicato, que depois de longos anos de luta, conseguiu uma vitória expressiva, com extensão do acordo coletivo de trabalho um piso salarial, com extensão do acordo coletivo de trabalho um piso salarial em todo o interior do Estado, o que não se fazia desde 1964. Hoje o repórter do interior de São Paulo não pode ser contratado com salário inferior a Cr\$ 1.957,00. Audálio reconhece que este salário é muito baixo ainda, mas é uma "conquista porque ninguém poderá ser contratado com vencimentos menores que este".



Audálio Dantas, de São Paulo.